



História, imprensa e Ensino Superior na cidade do Rio Grande: breves estudos

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

103



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.ubd.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



História, imprensa e Ensino Superior na cidade do Rio Grande: breves estudos



- 103 -



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

História, imprensa e Ensino Superior na cidade do Rio Grande: breves estudos



Cátedra CIPSH
de Estudos Globais

2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2025

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Marcelo França de Oliveira

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: História, imprensa e Ensino Superior na cidade do Rio Grande: breves estudos
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 103
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Maio de 2025

ISBN – 978-65-5306-021-0

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 17 dez. 1893.

Sobre o autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

Apresentação

Este livro traz a retomada de cinco textos publicados esparsamente em anais de eventos, tendo por escopo reuni-los em uma única publicação, no sentido de promover algumas reflexões sobre imprensa, historiografia e Ensino Superior, mormente o relacionado com as Ciências Humanas e, ainda mais especificamente, com a História, tendo por contexto determinadas realidades vinculadas à cidade do Rio Grande. Eles foram publicados na virada para o então novo milênio, mas não perderam a atualidade, uma vez que trazem à baila debates sobre temáticas contemporâneas como liberdade de expressão, organização educacional, reformas curriculares, ensino de História e produção científica universitária.

O primeiro ensaio intitulado “**Pela liberdade de imprensa: a luta dos jornais rio-grandinos contra o cerceamento à liberdade de expressão nos primórdios da República**” foi publicado originalmente em 1999¹ e aborda as restrições à liberdade de expressão nos primeiros anos republicanos, caracterizados por profundo autoritarismo, observando as reações de diversos representantes da imprensa da cidade do Rio Grande – a saber *Diário do Rio Grande*, *Eco do Sul*, *Artista*, *A Atualidade* e *Bisturi* – a cada uma das draconianas legislações que foram colocadas em prática.

¹ ANAIS da XIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Curitiba: SBPH, 1999. p. 295-300.

Os demais escritos relacionam-se com o Ensino Superior. Publicado inicialmente em 2004², **A Gênese do Ensino Superior na Área das Ciências Humanas na cidade do Rio Grande: a Faculdade Católica de Filosofia** trata das faculdades originais que viriam a dar origem à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mais especificamente aquela instituição da qual ocorreria a gestação dos cursos vinculados às Ciências Humanas. De 1999³, **História e reformas curriculares** analisa as diferentes organizações curriculares dos Cursos de História da FURG promovidas até o final da década de 1990. De uma época em que o Vestibular era ainda a mais recorrente forma para o acesso às universidades, de 2000⁴, **O ensino da História - Vestibular e “Cursinho Pré-Vestibular”: análise de uma questão (ou breves considerações sobre como não se deve ensinar a História)** apresenta algumas discussões histórico-historiográficas acerca de um conceito de natureza histórica e o ensino da História. Finalmente, de 2003⁵, **Uma revista científica da FURG e a produção em História Regional (1978-2000)** realiza um levantamento da produção voltada ao estudo da formação histórica sul-rio-grandense, promovida junto a um periódico científico editado pela FURG.

² ANAIS do Seminário Internacional de Estudos Históricos – História Regional. Rio Grande: FURG, 2004. p. 167-180.

³ ANAIS do VIII Ciclo de Conferências Históricas. Rio Grande: FURG, 1999. p. 167-184.

⁴ ANAIS do IX Ciclo de Conferências Históricas. Rio Grande: FURG, 2000. p. 143-154.

⁵ ANAIS do X Ciclo de Conferências Históricas. Rio Grande: FURG, 2003. p. 109-121.

SUMÁRIO

**“Pela liberdade de imprensa”: a luta dos jornais
rio-grandinos contra o cerceamento à liberdade de
expressão nos primórdios da República / 13**

**A Gênese do Ensino Superior na Área das
Ciências Humanas na cidade do Rio Grande: a
Faculdade Católica de Filosofia / 35**

História e reformas curriculares / 59

**O ensino da História - Vestibular e “Cursinho
Pré-Vestibular”: análise de uma questão (ou
breves considerações sobre como não se deve
ensinar a História) / 81**

**Uma revista científica da FURG e a produção em
História Regional (1978-2000) / 99**

“Pela liberdade de imprensa”: a luta dos jornais rio-grandinos contra o cerceamento à liberdade de expressão nos primórdios da República

De todas as liberdades é a de imprensa a mais necessária e a mais conspícuia: sobranceia e reina entre as demais. Cabe-lhe, por sua natureza, a dignidade inestimável de representar todas as outras.

Rui Barbosa⁶

Os primeiros anos que marcaram a instauração da forma de governo republicana no Brasil caracterizaram-se como uma fase de intenso controle sobre as atividades jornalísticas. Nessa época, os primeiros governantes republicanos, em nome da estabilidade e tranquilidade das instituições, adotariam uma série de medidas legais que visavam coibir a liberdade de expressão por meio da imprensa⁷. Esse

⁶ BARBOSA, Rui. *Obras completas: a imprensa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. v. 25. t. 1. p. 14-15.

⁷ Sobre essa legislação de imprensa observar: IPANEMA, Marcello de. *Legislação de imprensa*. Rio de Janeiro: Aurora, 1949.; COSTELLA, Antônio F. *O controle da informação no Brasil: evolução histórica da legislação brasileira de imprensa*. Petrópolis: Vozes, 1978.; LEITE FILHO, Solidônio. *Comentários à lei de imprensa*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925.; LIMA

cerceamento à liberdade de imprensa em muito contrastava com o período anterior, marcado pelas mais amplas manifestações do livre pensar, característica que permitiu, inclusive, a proliferação do ideário republicano⁸. Além da própria legislação outras modalidades mais diretas e incisivas eram empregadas na repressão ao jornalismo, como a direta vigilância policial e de autoridades locais, as perseguições, os empastelamentos, as prisões sem julgamento, as ameaças de morte e até o assassinato de jornalistas. No Rio Grande do Sul, o conflito entre os castilhistas e seus adversários, que levaria à deflagração da Revolução Federalista, as dificuldades para a manutenção da liberdade imprensa foram ainda mais sérias. Neste quadro, os jornais rio-grandinos que destinavam em suas páginas espaço a análises de cunho político, caso do *Diário do Rio Grande*, do *Artista*, do *Eco do Sul*, de *A Atualidade* e do *Bisturi*, se manifestariam com maior ou menor veemência em oposição às políticas repressivas à liberdade de expressão, colocadas em práticas pelos novos detentores do poder tanto em âmbito nacional quanto no regional.

SOUBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor, 1923. SEABRA JÚNIOR, Gregório. *Delitos de imprensa*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924.; ROCHA, Geraldo Brochado da. *Júri de imprensa*. Porto Alegre: Globo, 1957.; FRANCA, Geminiano da. *A imprensa e a lei*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho Editor, 1936.; e ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa e legislação no Brasil do século XIX. Histórica*. v. 1. Porto Alegre: APGH- PUCRS, 1996. p. 55-63.

⁸ Ver: LAET, Carlos de. *A imprensa*. In: *Década republicana*. 2.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1986. v. 1. p. 195-261.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

A primeira medida adotada pelos governantes republicanos para coibir as atividades jornalísticas foi o Decreto de 23 de dezembro de 1889⁹. Através dele, visava-se evitar qualquer possibilidade de pregação questionadora à nova forma de governo junto aos militares. Segundo o Governo Provisório aquela medida fora necessária tendo em vista que a Nação inteira teria aderido ‘a nova forma de governo; que esta aceitação geral da “revolução de 15 de Novembro” criava para o governo a obrigação de defendê-la com a maior energia contra as ameaças; que o maior de todos os deveres do governo seria “a firmeza absoluta e a mais inexorável severidade nas medidas tendentes à preservação da paz e à manutenção dos interesses fundados na segurança da propriedade”; que a única alternativa seria a República ou a anarquia, onde qualquer tentativa contra a solidez da situação republicana seria simplesmente um ato de desordem, destinado a explorar o medo; e que seria inépcia, covardia e traição, da parte do governo, “deixar os créditos da República à mercê dos sentimentos ignóbeis de certas fezes sociais empenhadas em semear a cizânia e a corrupção no espírito do soldado brasileiro, sempre generoso, desinteresseiro, disciplinado e liberal”.

Essa medida destinada aos militares teria sua abrangência ampliada à população civil através do Decreto de 29 de março de 1890¹⁰. Tal lei foi justificada

⁹ Decreto Nº. 85A de 23 de Dezembro de 1889. In: *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Primeiro Fascículo – 15 nov. a 31 dez. 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 316-317.

¹⁰ Decreto Nº. 295 de 29 de Março de 1890. In: *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*.

pelos governantes através de elementos como o prejuízo que a ordem e a paz pública vinham sofrendo com a “circulação de falsas notícias e boatos aterradores, com o intuito manifesto e antipatriótico de favorecer condenáveis especulações”; que essas notícias e boatos prejudicavam “consideravelmente o crédito do país no exterior, abalando a confiança na estabilidade das instituições e na responsabilidade dos compromissos contraídos pela Nação”; que ao poder público cabia “o dever de prevenir e evitar todas as causas de perturbação social”, assegurando e garantindo a ordem e o progresso nacional; que as injúrias e os ataques pessoais tinham por fim “gerar o desprestígio da autoridade e levantar contra ela a desconfiança para favorecer a execução de planos subversivos”; e que o governo, mesmo não se opondo ao direito da livre discussão dos seus atos, não poderia ficar indiferente diante da “ação pertinaz e criminosa” daqueles que estariam intentando, “por todos os meios, criar a anarquia e promover a desordem”. Passavam assim a serem julgados como praticantes de crime de imprensa todos aqueles que pusessem “em circulação falsas notícias e boatos alarmantes”, referindo-se à disciplina dos militares, à estabilidade das instituições e à ordem pública.

O *Eco do Sul* logo reagiria a esta medida governamental, afirmando que não havia nada que justificasse o “ato ditatorial, porque a liberdade da imprensa era uma necessidade absoluta e incontestável”. Defendia que “sob o regime republicano”, que deveria

Terceiro Fascículo – 1º a 31 dez. 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 499-500.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

ser o “regime da liberdade e da ordem, o jornalismo não poderia ser amordaçado, porque as suas opiniões francas e desapaixonadas” davam vida e granjeavam “crédito aos governos e as suas apreciações leais e judiciosas podiam corrigir muitos e graves erros, evitar muitos desastres e orientar e guiar o povo, que era de fato o soberano das nações”. Argumentava ainda que “a liberdade de imprensa era mais útil que prejudicial aos governos”, aceitando até que se punisse “rigorosamente os que tentassem abalar a tranquilidade pública, mas não que se confundisse o abuso com o uso legítimo e prudente da liberdade” (ECHO DO SUL, 2 abr. 1890).

O *Artista*, que já apontava uma série de “incoerências” de parte dos novos detentores do poder, por sua vez, declarava que aquele decreto de março de 1890 produzira “as mais vivas apreensões no ânimo dos que sinceramente se interessavam pela pacífica consolidação da nova ordem de coisas e pelo bem-estar da Pátria”. Segundo a folha, a coerção “das imunidades da imprensa impediam o livre pronunciamento da opinião pública, de quem ela era órgão natural e o mais extremo defensor, pelo que a sua plena liberdade seria a mais poderosa garantia dos direitos do povo”. E confirmava seus receios, declarando que não haveria “sociedade livre onde não houvesse liberdade absoluta na manifestação do pensamento”, pois “a publicidade e o livre direito de exame eram o princípio moralizador dos povos”, uma vez que “a liberdade só seria funesta aos despotismos e às corrupções” (ARTISTA, 5 abr. 1890).

Outro periódico que reagiu contra a nova lei de imprensa foi o *Diário do Rio Grande* ao considerar que, “em pleno domínio republicano”, quando se desejava “o

mais amplo direito de liberdade, salvo as necessárias restrições da lei", eis que se decretava "o amordaçamento da imprensa", ou seja, "a imprensa a que foi sempre permitido o uso pleníssimo da sua livre enunciação de pensamento", passava "a viver sob a ameaça constante do Decreto de 29 de Março, elaborado para o fim de impor-lhe o silêncio ou a violência", já que as suas determinações davam "uma elasticidade enorme" na sua aplicação, reservando ao governo o direito de julgar o que podia ou não ser noticiado através da imprensa, mesmo que fosse "referente a atos meramente administrativos". Na mesma linha, o jornal demonstrava forte decepção para com os rumos empreendidos pelos governantes, expondo que "francamente não era isto o que se esperava do governo que proclamou a República", daqueles mesmos "cidadãos que conquistaram na imprensa a posição que ocupavam, fazendo uso amplíssimo do seu direito de críticas dos homens e das coisas do antigo regime". A folha explicava que compreendia "os imperiosos deveres do governo de empregar todos os seus esforços" para garantir a estabilidade republicana, mas acreditava que havia meios "de coibir qualquer procedimento subversivo, sem atentar contra a liberdade de pensamento", não efetivando, assim, "tão triste exemplo de despotismo contra a instituição a que tanto deviam alguns senão todos os cidadãos que compunham o governo do país" (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 6 abr. 1890).

Um dos mais combativos em relação aos governantes, mormente quanto ao castilhismo, o *Eco do Sul* constitui-se em alvo preferencial das autoridades públicas, tanto que a folha chegava a acusar os

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

“executivos” castilhistas pelas constantes perseguições à imprensa, denunciando os seguidos “chamados à polícia” impostos aos jornalistas. Em uma visita de Júlio de Castilhos ao Rio Grande, o *Eco* denunciou uma série de boatos que se espalharam pela cidade de que ele seria responsabilizado por qualquer “alteração da ordem” que se desse durante os festejos, diante do que suas oficinas seriam “assaltadas e destruídas”. O periódico destacava que esta possibilidade de empastelamento não passaria da “execução de um crime há muito planejado”, diante do que não havia como solicitar garantias às autoridades, pois, como aqueles festejos eram “um prolongamento da maré montante da legalidade” governista, “as garantias para o *Eco do Sul* deveriam estar suspensas”, pois este fora um batalhador contra aquela situação reinante. Diante destas perseguições, o *Eco* reagia, questionando se o jornalismo deveria ter o “rigoroso dever” de “guardar silêncio diante da mordaça com que tem se esforçado por fazer calar a imprensa, endausurando jornalistas, diante da ameaça, dos chamados à polícia e cadeia, a pretextos fúteis, com o fim único de atemorizar e aviltar o cidadão?”, e concluía: “Nunca!” (ECO DO SUL, 8 maio 1890, 12 ago. 1892 e 17 ago. 1892).

O agravamento da crise política gaúcha e a retomada do poder pelos castilhistas, abrindo a perspectiva da revolução como um caminho sem volta, levariam a medidas ainda mais severas na repressão ao jornalismo. Para a folha monarquista *A Atualidade*, a falta de liberdade de expressão, característica dos primeiros governos republicanos, era inaceitável. Acusava os governantes de estarem submetendo o jornalismo ao regime da “palmatória”, através do controle direto das

autoridades policiais, apontando esta atitude como “um insulto atirado às bochechas” dos jornalistas e como um “desprezo da autoridade pela instituição” da imprensa. Exclamava que o Brasil não era uma “terra de turcos onde os jornais só escreviam o que o sultão desejava”; que a imprensa, como uma “conquista da civilização, precisava gozar da mais ampla liberdade”; e que “toda a tentativa de sufocá-la entrava no capítulo das grandes temeridades”. Comparando a liberdade de imprensa à época da Monarquia com a do período republicano, o jornal afirmava que, “nos saudosos tempos do Brasil Império era a imprensa uma instituição que dos poderes públicos merecia o maior acatamento”, quando “o Velho Imperador era o primeiro a dar o exemplo de amor e de interesse a tudo quanto com ela se relacionasse”. Explicava que haviam “mudado os tempos”, pois, com a República, “quem quisesse ser digno do nome de jornalista, quem quisesse desempenhar com hombridade as suas atribuições no campo da imprensa” estaria “condenado a sofrer os destemperos dos que julgavam que o século ainda andava sujeito a bolos das palmatórias”. Neste aspecto a folha era incisiva e buscava enfrentar aqueles que pretendiam controlar a liberdade de expressão através da imprensa, desafiando que viessem “de uma vez a inquisição e os autos-de-fé”, pois ainda restaria “o consolo de saber que diante do fatídico *crê ou morre* ainda muitos patrícios existiam que abnegadamente haveriam de preferir *morrer sem crer*” (A ATUALIDADE, 4 set. 1892).

Deflagrada a Revolução Federalista, o controle sobre o discurso jornalístico tornou-se ainda mais incisivo. Na cidade do Rio Grande, os responsáveis pelos jornais chegaram a ser intimados e, na presença das

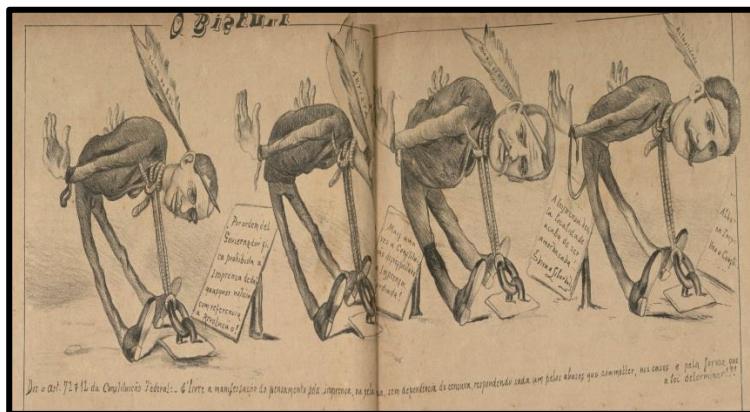
HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

autoridades policiais, foram por elas notificados de que não poderiam divulgar informação de espécie alguma a respeito do confronto bélico que viria a se alastrar pelo território sul-rio-grandense. Diante dessa intimação/intimidação, o *Diário do Rio Grande* questionava: “se o governo dispõe de todos os elementos de segurança e estabilidade, se nem a República nem o Estado correm o menor perigo, como lemos diariamente, não é um verdadeiro luxo de arbítrio aplicar à imprensa a lei da rolha?”. Segundo o jornal era preciso “notar que a intimação não nos contraria senão pelo que tem de vexatória para a nossa liberdade profissional, que aliás procuramos exercer o mais séria e criteriosamente possível. Afirmava ainda que estava convicto que aquela intimativa representava “antes uma violação das leis fundamentais da União e do Estado e uma violência à liberdade de imprensa, do que uma boa medida preventiva” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 1º fev. 1893). Para *A Atualidade* as medidas coercitivas só serviam para que apenas o governo “falasse, pensasse e agisse”, transformando o Brasil num “corpo inerte, atado à cauda deste ginete desenfreado” (*A ATUALIDADE*, 5 fev. 1893).

Já o caricato *Bisturi* afirmava que a imprensa não poderia ter as suas atividades cerceadas, porque ela era “a voz do mundo”, de modo que, “onde a imprensa livre era interceptada, a nutrição do gênero humano estaria interrompida”. Nessa ocasião, o semanário apresentava uma ilustração sobre os limites à liberdade de imprensa, naquele momento vividos; representando a imprensa como uma mulher indefesa presa por uma manopla, sentenciava: “Estrangulem de uma vez a esta desgraçada, já que não pode gozar dos seus libérrimos

direitos... (e a tal Constituição para que serve?...). Vamos senhores patriotas, abram mais uma cova e enterrem este ‘cadáver’, já em estado de putrefação”. A folha publicou ainda uma outra caricatura onde apresentou os redatores de algumas das principais publicações riograndinas aprisionados ao chão por argolas, tendo ao seu lado tabuletas com os dizeres: “Por ordem do Governador fica proibida a imprensa de dar qualquer notícia com referência à Revolução. A imprensa desta localidade acaba de ser amordaçada”. Diante disso, o periódico limitava-se, sutilmente, a apresentar uma legenda contendo as determinações constitucionais quanto à plena liberdade de imprensa, chamando atenção, assim, para o contrassenso que estaria sendo criado pelas autoridades governistas: “Diz o Artigo 72, Parágrafo 12 da Constituição Federal: É livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abuso que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar!!!” (BISTURI, 12 fev. 1893 e 19 fev. 1893).

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS



O Artista, que destacava o orgulho que possuía por “sustentar uma neutralidade sem limites, uma abstenção completa das lutas estéreis da política”,

declarava-se surpreso por ter sido intimado pelo Subintendente Municipal, para ser informado de que não deveria dar publicidade a “quaisquer notícias alarmantes referentes ao movimento político do Estado”. O periódico argumentava que sempre repelira “a perniciosa ideia de trazer para as colunas de um jornal que pretendia adquirir os foros de imprensa séria e criteriosa, notícias inverossímeis e exageradas, dando curso aos boatos. Na perspectiva da folha, a repressão pela qual estariam passando os jornais seria injusta e desigual, uma vez que, enquanto os periódicos legalistas tinham plena liberdade, as folhas oposicionistas e as independentes, dentre as quais o *Artista* buscava inserir-se, passavam por pesado cerceamento. Tendo em vista esta situação, o jornal acusava que a imprensa estava sendo coagida, uma vez que, aquela intimação era o mesmo que “nos obrigar a *lei da rolha*; porquanto sendo a nossa folha independente e sem afeição política, publicar e transcrever somente fatos favoráveis à causa do governo do Estado, seria dar-lhe o caráter de folha governista, o que não queremos; porque, quando informamos aos nossos subscritores e leitores dos fatos importantes que se passam no país e especialmente no Estado, o fazemos sem procurarmos o caminho da Grécia ou de Tróia”. Frente à intimativa da autoridade pública, o jornal acusava que via “com pesar que há órgãos governistas que têm publicado notícias alarmantes e que perturbam a tranquilidade pública e nada se diz”, diante do que insurgia-se, tendo em vista “conhecer-mos a sua desigualdade na imprensa do Estado” (*ARTISTA*, 22 fev. 1893, 23 fev. 1893 e 25 fev. 1893).

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

A coerção fazia com que os jornais adotassem verdadeiras manobras evasivas para denunciar a falta de liberdade de expressão, caso do *Eco do Sul* que chegou a publicar, por diversas vezes, páginas com colunas vazias, representando o controle direto sobre a divulgação de informações. Quanto às restrições à liberdade de expressão, o periódico utilizou-se também de afirmações irônicas que, em grandes letras, ocupavam uma coluna inteira, como “Pela fronteira reina a paz... e aqui a rolha” (ECO DO SUL, 24 fev. 1893). As manifestações do hebdomadário *Bisturi* concernentes à liberdade de imprensa passaram seguidamente a concentrar-se na oposição à denominada “lei da rolha”, referindo-se às formas de controle direto e indireto sobre o jornalismo. O jornal caricato denunciava: “Hoje, botam-nos mordaça à boca, amanhã serão capazes de nos exterminar a estricnina”; e complementava: “Devemo-nos curvar bestialmente ante a aviltante intimativa dos caudilhos da situação, porque a época é de legalidade, do respeito às leis e à Constituição?”. Segundo a folha semanal, o autoritarismo governista não conseguiria “romper suas ideias, destruir seu propósito, deter sua marcha e avassalar sua moral e o seu ânimo”, pois, “para isso são impotentes” e, confiante, vaticinava que “um dia cairá a nossa mordaça que servirá de mortalha a esse governo que não tem recurso, nem critério, nem patriotismo, nem opinião, nem iniciativa, nem coisa alguma” (BISTURI, 26 fev. 1893).

O *Diário do Rio Grande* também tentou lançar argumentos contra aquela medida coercitiva e intimidativa de parte das autoridades policiais, denunciando que havia “parcialidade” no controle sobre a liberdade de imprensa, uma vez que, o “rigor era

unicamente para a imprensa oposicionista e imparcial”, enquanto o jornalismo governista publicava o que bem entendia” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 2 mar. 1893). Nessa linha, o *Eco do Sul* culpava o governo pela dificuldade em obter notícias, tendo em vista os bloqueios aos serviços telegráficos que só deixavam de atingir às publicações governistas, das quais estariam partindo informações não muito confiáveis, diante do que avisava que tomassem cuidado “os leitores imparciais ou oposicionistas”, não se deixando “enlear nestas maroscas”. Segundo esse jornal, a própria “liberdade de correspondência” estava comprometida, por causa do domínio do telégrafo pelo “tiranete que oprimia” os rio-grandenses (ECO DO SUL, 15 mar. 1893 e 6 jun. 1893).

O controle das autoridades locais era tão próximo e incisivo que o *Bisturi* chegou a noticiar as perseguições sofridas, descrevendo: “reuniram-se, em uma dessas tétricas noites passadas, as potências políticas para deliberarem sobre a sorte que deveriam dar às imprensa oposicionistas desta cidade”; dentre “as pessoas do famigerado grupo” chegou-se a defender “a destruição completa de nosso material e a prisão do seu proprietário!!!”. Diante da perseguição, a folha ainda declarava-se esperançosa: “Mas esperamos com paciência o decreto que faça cair por terra a lei da rolha, que está afrontando a nossa civilização!”; manifestando ainda que: “Esperamos o dia de amanhã, certos que esta nação democraticamente civilizada não pode suportar por muito tempo tanta ignomínia, tanto insulto, tanta afronta, lançada impunemente aos seus filhos”. O semanário caricato, nesse sentido, apresentou ainda uma gravura na qual o próprio redator, em uma “rolha

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

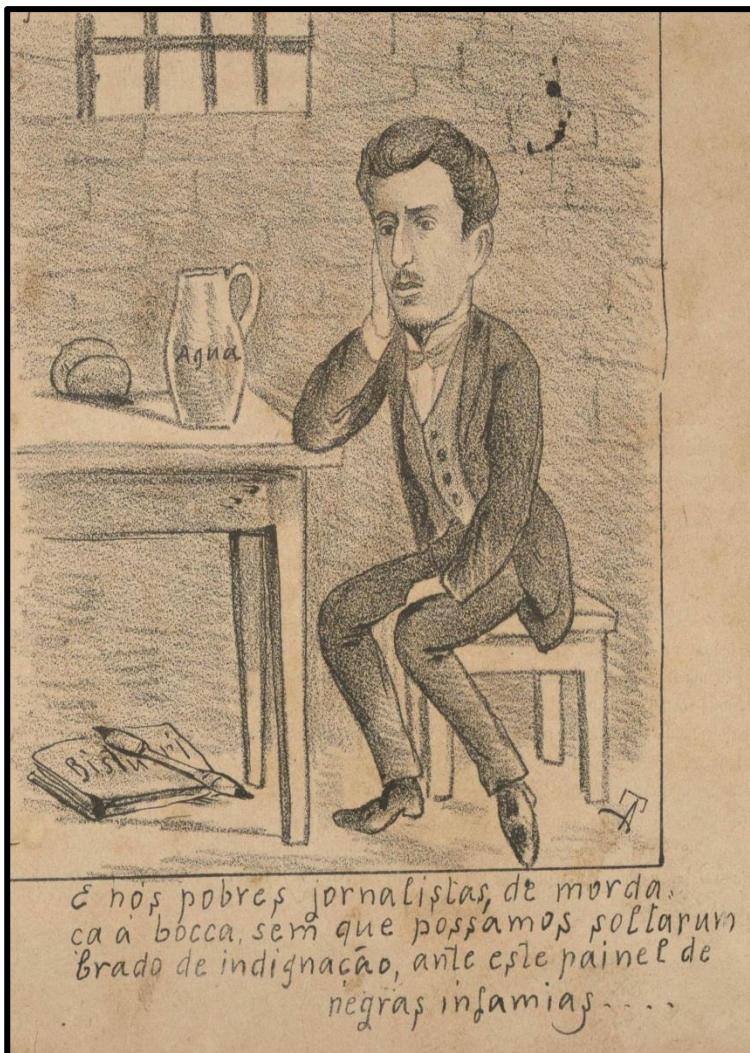
alada”, sobrevoava as regiões da Campanha e da Fronteira, longe dos graves acontecimentos que lá se desenrolavam, em uma alusão à impossibilidade de noticiar tais fatos; diante da cena, exclamava: “Santo Deus!... O que vai lá por baixo!... Na verdade nos parece que o melhor é andarmos cá por cima, no mundo da lua, bem longe daquelas erupções vulcânicas”. Sobre esse assunto, o periódico, em autorretrato do caricaturista prevendo uma futura prisão, ainda afirmaria: “E nós pobres jornalistas, de mordaça à boca, sem que possamos soltar um brado de indignação, ante este painel de negras infâmias”. Uma vez que a fiscalização sobre as atividades jornalísticas intensificava-se, o *Bisturi* publicava um comentário humorado e sagaz sobre os cuidados que o seu responsável deveria tomar para manter a publicação do jornal. Destacava, assim, o “mau estado de saúde de seu proprietário que se achava em uso de remédios prescritos pelo Dr. Cautela, formado em Ciências pela *Faculdade do Caldo de Galinha*” que receitara “mezinhas de dormideira e paciência ao ar livre, sem ofensas ao pudor” (*BISTURI*, 5 mar. 1893, 16 abr. 1893, 30 abr. 1893 e 15 set. 1893).

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



Santo Deus!.. o que vai lá por baixo!.. Na verdade, nos parece que o melhor é andarmos cá por cima, no mundo da lua, bem longe daquelas erupções vulcânicas.
Ahenoada rocha que nos livra de tamanhos perigos!...~

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE
DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS



E nós pobres jornalistas, de mordaça a bocca, sem que possamos soltar um grado de indignação, ante este painel de negras infamias....

A repressão à livre expressão do pensamento através da imprensa nos primeiros tempos republicanos teria a sua culminância através do Decreto de 13 de

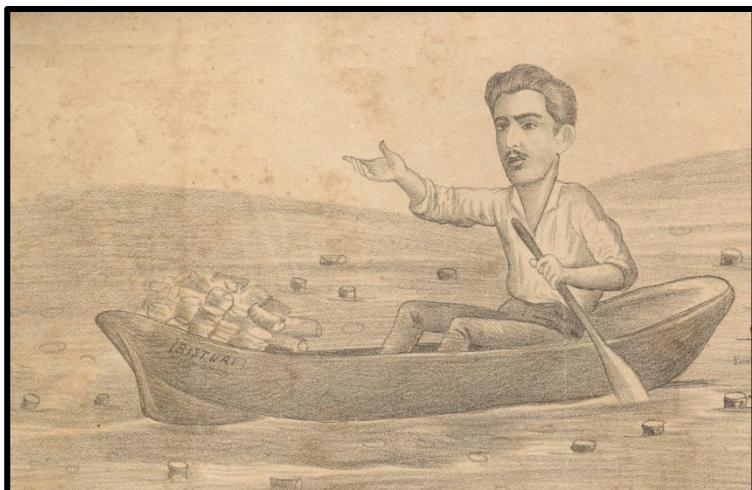
outubro de 1893¹¹, verdadeiro divisor de águas que praticamente eliminou a liberdade de imprensa, impondo um silenciar quase que absoluto ao jornalismo de então. Justificando-se pelos argumentos de que seria “função do poder público, legitimamente constituído, defender a existência política da República”; que no cumprimento desse dever, o governo não poderia encontrar obstáculos provenientes dos abusos da imprensa; e que parte da imprensa estaria contribuindo “para animar a revolta” com publicações inconvenientes ou falsas, as quais constituíam elementos “de perturbação e alarma, em prejuízo da ação do governo e da tranquilidade pública”, os governantes republicanos determinavam que, durante o estado de sítio, ficavam proibidos: fazer publicações que incitassem a agressão estrangeira ou pudesse aumentar a comoção interna e excitar a desordem; defender qualquer ato contrário à independência, integridade e dignidade da pátria, à Constituição, à segurança interna e à tranquilidade pública; publicar notícias a respeito da revolta que não fossem de origem governamental; e publicar qualquer material acerca da guerra ou de movimentos militares.

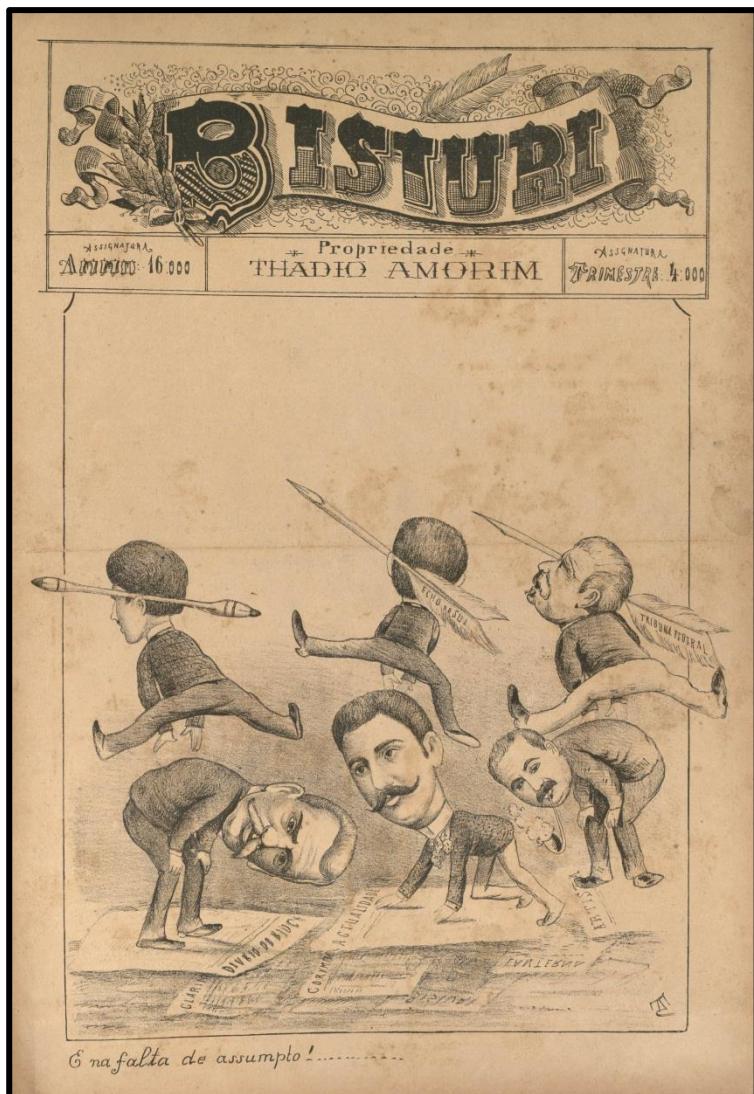
Após a edição desse ato, algumas poucas reações ainda se fizeram manifestar, como no caso do *Eco do Sul*, que chegou a denunciar as desigualdades quanto ao tratamento dado aos jornais governistas, afirmando ironicamente que “nem sequer de longe passaria pela mente que a referida lei não fosse igual para todos” (*ECO DO SUL*, 19 out. 1893). Já o *Bisturi* não perdeu

¹¹ Decreto N°. 1565 de 13 de Outubro de 1893. In: *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. p. 27-33.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

algumas poucas possibilidades de alfinetar aqueles que promoviam o sucumbir da liberdade de expressão, publicando caricaturas que lembravam a ferrenha censura sofrida pelo jornalismo de então. Em uma delas, aparecia o responsável pelo *Bisturi*, junto a outros jornalistas rio-grandinos pescando “rolhas”, as quais lembravam a lei que impedia a imprensa de manifestar-se livremente. O desenho era explicado pela afirmação: “*A nossa imprensa continua a navegar num mar de ro... sas de cortiça*”. Na mesma linha, outro desenho foi publicado no qual o periódico caricato dava a entender que, apesar do grave quadro político do país, tendo em vista o cerceamento à liberdade de imprensa, só restara aos jornalistas rio-grandinos “brincar”, utilizando uma curta frase como legenda: “*E na falta de assunto...*” (BISTURI, 29 out. 1893 e 17 dez. 1893).





Apesar dessas poucas manifestações, o Decreto de Outubro de 1893 eliminaria todas as possibilidades

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

dos jornais manifestarem-se livremente, tanto que os mesmos passaram a não mais realizar qualquer comentário de natureza política e nem mesmo a divulgar qualquer informação a respeito do conflito entre os castilhistas e seus opositores. Ainda assim, o controle e a repressão continuaram firmes e, por diversas vezes, os jornais rio-grandinos tiveram suas edições interrompidas por breves períodos, ou ainda, por vários meses, caso do *Eco do Sul* que deixou de ser publicado entre abril de 1894 e agosto de 1895. Apesar dos pressupostos constitucionais que garantiam a plena liberdade de expressão, a livre manifestação do pensamento por meio da imprensa não passou de um princípio pouco praticado nos primeiros tempos republicanos, quando, em muitos casos, só restavam aos jornais dois caminhos: silenciar ou serem silenciados. A estabilidade advinda da pacificação interna e do fim da crise revolucionária levaria a uma etapa de razoável liberdade de imprensa, no entanto ficava em aberto a possibilidade, que por diversas vezes viria a se repetir, de cercar a livre imprensa em nome da manutenção da ordem institucional.

A Gênese do Ensino Superior na Área das Ciências Humanas na cidade do Rio Grande: a Faculdade Católica de Filosofia

A origem do Ensino Superior na cidade do Rio Grande vincula-se a uma série de instituições de educação surgidas entre os anos cinquenta e sessenta, relacionadas a segmentos do conhecimento como a Engenharia Industrial, as Ciências Política, Econômica, Jurídica e Humanas e a Medicina. A gênese das práticas educacionais em torno das diversas áreas das Ciências Humanas está ligada à Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, um dos embriões dos quais se originaria a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Este artigo trata-se de um estudo introdutório, sem maiores preocupações teórico-metodológicas envolvendo a História da Educação, buscando, através da análise dos documentos, apresentar alguns elementos que venham a contribuir com a edificação da História do Ensino Superior na cidade do Rio Grande, com ênfase à abordagem da inter-relação entre conjuntura e propósitos, ou seja, o meio em que se desenvolveu e os objetivos da construção da instituição estudada.

A proposta de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande estava profundamente concatenada com o contexto histórico da época - 1960 -, quando era grande a agitação política brasileira

sobretudo tendo em vista as práticas populistas então predominantes, assim como estaria vislumbrando diversos interesses da comunidade rio-grandina. Nesse sentido, a ideia de tal Faculdade partira da Mitra Diocesana de Pelotas, através da Universidade Católica da mesma cidade. O bispo de Pelotas, D. Antônio Zattera, expressava os propósitos da formação desse novo centro educacional, considerando “as grandes vantagens provenientes de uma Escola Superior para a formação de líderes que guiem e orientem as massas populares”, bem como “as condições de cultura, população e situação especial da cidade do Rio Grande, como centro industrial e importante porto marítimo”, e assim se estaria “atendendo a insistentes pedidos da mocidade e de intelectuais”, feitos de forma verbal e “por escrito, com centenas de assinaturas das pessoas mais representativas da cidade”¹².

¹² ZATTERA, Antônio. Decreto de criação da Faculdade Católica de Pelotas de Filosofia de Rio Grande, 2 de agosto de 1960. Logo em seguida, o bispo de Pelotas encaminhou correspondência ao Ministro da Educação e Cultura, solicitando autorização para o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, justificando o intento pelo fato de que “a cidade do Rio Grande, com mais de oitenta mil habitantes, a terceira do Estado, já possui a Faculdade de Engenharia Industrial, de Ciências Econômicas, de Direito e conta com vários estabelecimentos de Ensino Secundário”, e garantindo que seria a entidade mantenedora do novo estabelecimento de ensino a Mitra Diocesana de Pelotas, a qual já mantinha as faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas de Pelotas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé e a Faculdade de Direito do Rio Grande.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

Tendo em vista essa solicitação da criação de uma entidade de ensino superior no extremo sul do Brasil, o Governo Federal enviou um representante para apreciar as condições de funcionamento da mesma. Em reunião com esse parecerista, os diversos interessados na formação desse centro chamaram atenção para a necessidade do mesmo, tendo em vista a grande demanda existente junto à comunidade local, destacando-se “a urgência da fundação de uma Faculdade de Filosofia no Rio Grande, considerando o grande número de candidatos que não podem deslocar-se desta para outras cidades pelo grande incômodo e despesa que isto acarreta”, além do próprio “crescimento e desenvolvimento intelectual e social da cidade”. Apontava-se também para a “necessidade de orientar a mocidade rio-grandina nos sãos princípios da filosofia cristã e de dar-lhe uma formação superior segura, elevando, assim, o nível moral e intelectual da cidade”. Com base nessas justificativas buscava-se colocar em funcionamento regular aquela Faculdade, primeiramente com os cursos de Filosofia e Pedagogia, embora já se apontasse o premente interesse no oferecimento de cursos de Línguas e Matemática¹³.

As verificações para analisar o mérito da proposta de criação da Faculdade levaram em conta a legislação em vigor, nos seus mais diversos itens. Dentre eles estava a necessidade de o proponente demonstrar

ZATTERA, Antônio. Ofício ao Ministro da Educação e Cultura, 2 ago. 1960.

¹³ LEITE, Franklin Olivé. Parecer para autorização de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, 16 set. 1960. f. 1.

capacidade financeira para manter o integral funcionamento, dispondo de edifícios e instalações apropriados para as práticas educacionais. Quanto à capacidade financeira, o relato do representante do Governo Federal explicava que a nova faculdade seria “mantida pela Mitra Diocesana de Pelotas, que tem personalidade jurídica e que conta com vultoso patrimônio eclesiástico em terrenos e prédios” em várias cidades, “podendo, desta maneira, manter a faculdade em apreço”, como o vinha fazendo com outras instituições de ensino superior. No que tange a edifícios e instalações, explicitava-se que a Faculdade funcionaria no prédio da Escola Normal Santa Joana D’Arc, cedido por sua diretora, o qual oferecia “as necessárias condições para o funcionamento eficiente e prático da faculdade”, com “salas de aula espaçosas, bem ventiladas” e “mobiladas de acordo com os preceitos da pedagogia moderna, não havendo nada que possa estorvar a plena eficiência do ensino”. Já no que se refere à estrutura bibliográfica dos cursos, destacava-se que ficariam à disposição dos alunos os acervos da própria Escola Joana D’Arc e da “Biblioteca Pública” (a Biblioteca Rio-Grandense), então com mais de cento e cinquenta mil volumes¹⁴.

O relator fazia referência ainda à estrutura administrativa da novel instituição, que seria composta por um diretor, nomeado pela Mitra Diocesana, um vice-diretor, um secretário, um tesoureiro e um Conselho Técnico-Administrativo, constituído de seis membros, sendo os bibliotecários, serventes e porteiros os mesmos que serviam na escola que aceitara sediar a Faculdade.

¹⁴ LEITE. fls. 2 e 3.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

Afiançava o parecerista que “todos os serviços, legais e eventuais, são executados com escrupulosa fidelidade, de acordo com o regimento” da instituição. A respeito da gestão financeira, esclarecia-se que a Faculdade era “mantida com as dotações orçamentárias estipuladas pela Entidade Mantenedora, dotações concedidas pelos Poderes Públícos, pelas rendas patrimoniais e receitas próprias, quer ordinárias, quer eventuais”, organizando-se no início de cada ano um orçamento, prevendo-se as despesas orçamentárias. Quanto à questão do patrimônio, reforçava-se que a “responsável pelo desenvolvimento da Faculdade é a Mitra Diocesana, cujo patrimônio é suficiente para garantir todas as exigências de manutenção regular da mesma”¹⁵.

Ficava ainda expresso no parecer do Governo Federal que a nova instituição deveria demonstrar “a capacidade moral e técnica do corpo docente que o estabelecimento pretende utilizar”, diante do que foi realizada análise dos currículos dos professores a ministrar aulas na Faculdade, atestando a “sua competência para regimento de cadeira”, assim como fazia parte do relatório um atestado de cada docente “de idoneidade moral passado por três autoridades e o compromisso de lecionar a cadeira a que se propõe”. A legislação previa ainda a necessidade de fixação do número de vagas da instituição de acordo com a capacidade das instalações disponíveis, fixando-se, por conseguinte, em cinquenta o número de alunos para cada um dos cursos propostos – Filosofia e Pedagogia¹⁶.

¹⁵ LEITE. fls. 3 e 4.

¹⁶ LEITE. fl. 4.

Outro ponto previsto pelas leis vigentes estava ligado ao fato de “a localidade onde os cursos vão ser instalados possuir as condições culturais necessárias ao seu regular funcionamento”. No que tange a essa exigência, apontou-se para a tradição que a comunidade rio-grandina possuía na ligação com atividades culturais e educacionais. Tomava-se, assim, em consideração, “o grande número de estabelecimentos de ensino, tanto Médio como Superior” existentes no Rio Grande, o que demonstrava que a cidade possuía “um nível cultural elevado para comportar mais esta Faculdade e seu regular funcionamento”, realizando-se um arrolamento quantitativo das diversas instituições culturais e de ensino então existentes.¹⁷. Finalmente, o parecer lembrava que, de acordo com a legislação, a criação de um curso deveria “representar para o Meio uma real necessidade”. Nesse sentido, justificava-se que a necessidade da Faculdade prendia-se à demanda reprimida existente na comunidade. Assim, esclarecia-se que “Rio Grande, apesar de cidade operária, tem um grande número de estudantes que busca uma formação superior”, de modo que “diariamente se deslocam para Pelotas dezenas de estudantes com grande incômodos e despesas”, sendo isso um “privilégio de poucos, relativamente, pois muito elevado é o número dos que querem tirar um dos cursos da Faculdade de Filosofia e não podem, por causa da distância e da despesa”. Corroborationava-se o argumento com “um recente e ligeiro levantamento que foi feito para se constatar a

¹⁷ LEITE. fl.5.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

possibilidade da criação da Faculdade, apresentando-se uns trezentos candidatos para os diversos cursos”¹⁸.

Ainda no que tange às “reais necessidades do Meio”, de acordo com a conjuntura histórica de então, fortemente marcada pela Guerra Fria e os embates entre os mundos “ocidental” e “oriental”, segundo os idealizadores da Faculdade, a mesma viria ao encontro do ideal de manter-se a população ligada às suas “tradições”, impedindo a penetração de “doutrinas subversivas” junto dela. De acordo com essa linha de pensamento, ressaltava-se “a necessidade de dar ao povo a possibilidade de uma formação superior a fim de mais facilmente compreender e combater os erros de ideologias extremistas que tão facilmente medram e vingam em cidades proletárias como a do Rio Grande”. Nessa perspectiva, esclarecia-se que “a mocidade precisa de uma orientação sã, cristã e democrática e esta ela a terá, com certeza, na Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, que assegurará, assim, o futuro feliz da pátria”¹⁹.

Diante do parecer favorável à criação da Faculdade de Filosofia, o Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, expediria decreto, a 19 de janeiro de 1961, autorizando o funcionamento dos cursos de Filosofia e Pedagogia da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande²⁰. Com isso, a 11 de março de 1961 realizou-se a “solene instauração” da Faculdade. Revelando os objetivos da nova instituição, a aula

¹⁸ LEITE. fl.5.

¹⁹ LEITE. fl. 5.

²⁰ Decreto n.º 49963, 19 jan. 1961. Concede autorização para o funcionamento de cursos.

inaugural versou sobre “ideais pedagógicos”, com conferencista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade do Rio Grande do Sul, o qual, “com maestria invulgar e a força mágica de seu verbo, iluminou sendas, apontou metas, abriu caminhos, orientando e estimulando a quantos militam na arena educacional”. Já o discurso do Bispo de Pelotas destacava que o intento previsto estava sendo atendido, quer seja, o de colocar mais uma instituição de ensino em funcionamento, além de mais um bastião ideológico que se estaria implementando a partir dali, “dizendo de sua satisfação por ver concretizada mais uma aspiração de seu coração de Pastor, com o surgimento da sexta Faculdade mantida pela Mitra Diocesana, novo marco de proteção e defesa contra os ataques de ideologias subversivas e novo penhor de ufania para a família riograndina, a religião e a pátria”²¹.

Passavam a funcionar, assim, os dois cursos originais da Faculdade e, no relatório referente ao primeiro período letivo, ficavam demarcados os passos iniciais da nova instituição de ensino. Destacava o relato que havia quinze alunos matriculados no curso de Filosofia e dez no de Pedagogia, estudando, conforme previsto, no prédio da Escola Santa Joana D’Arc, contando com os “cento e trinta e cinco mil volumes da Biblioteca Pública”, somados aos cinco mil da biblioteca da citada escola e mais setenta e três, patrimônio da própria Faculdade. A título de contribuição, os discentes pagavam uma anuidade de oito mil cruzeiros em oito prestações iguais. Atentava-se para a execução a

²¹ Ata de Instauração da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, 11 mar. 1961.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

contento das atividades administrativas, a partir do organograma estabelecido, bem como apontava-se para a existência de uma “Congregação dos Professores” que constituía o “órgão superior da direção pedagógica e didática da Faculdade”²².

Quanto às atividades escolares, afirmava-se que, “correspondendo aos anseios da Direção, o corpo docente não mede esforços”, como seria observável “pelo desenvolvimento do programa do primeiro período letivo, o que vem garantindo estabilidade aos fundamentos da Faculdade”. Relatava-se ainda que, junto com as aulas teóricas, “foram ministradas aulas de ‘estudo dirigido’, com excelente aproveitamento”. Buscava-se demonstrar o esforço em aprimorar a formação dos discentes, bem como o interesse dos mesmos na concretização das metas estabelecidas. Nesse sentido, além dos professores do quadro, colaboraram docentes “de estabelecimentos outros, especializados, contribuindo com sua cultura à consecução dos elevados objetivos da Faculdade”, com palestras sobre temas inerentes à formação de professores, como psicologia do comportamento, métodos de ensino, direitos do trabalho e reforma do ensino superior. Destacava-se ainda que “os alunos participaram com real interesse de todas as atividades programadas”, o que se poderia averiguar pela frequência apurada, superior a noventa por cento nos dois cursos²³.

²² SILVEIRA, Hugo Dantas. Relatório do primeiro período letivo correspondente ao exercício de 1961, jul. 1961. fs. 1 e 2.

²³ Id., ibid., fs. 2 e 3. Ainda no que tange às práticas pedagógicas na Faculdade, a Congregação dos Professores discutia alguns passos do processo ensino-aprendizagem:

Apesar da narração de bons resultados, a incipiente instituição educacional enfrentava também problemas, um deles relacionado à precária remuneração de seu corpo docente. O próprio diretor reconhecia que a situação financeira da Faculdade não permitia “uma remuneração condigna aos professores”, ficando definido que o salário, “dentro das possibilidades” seria de cem cruzeiros “por aula realmente dada”, situação que poderia ser melhorada se fosse aprovado no Congresso projeto que previa “para o professor particular, de nível superior, uma subvenção de um terço do salário do professor federal de igual nível²⁴. Nesse sentido, chegou a ser elogiado “o espírito

“Abordando o sistema de funcionamento da Faculdade, [o Diretor] manifestou sua satisfação pelo interesse com que os alunos vêm encarando os estudos. A propósito fez um apelo aos professores no sentido de dispensarem especial atenção às verificações mensais, devendo mesmo, se necessário, transferi-las para mais tarde, a fim de que a matéria possa ser melhor assimilada. O problema das perguntas dos alunos em aula foi muito debatido. Todos os professores presentes expuseram sua opinião, chegando à conclusão de que toda pergunta, quando dentro da disciplina em questão, deve ser respondida na hora e não transferida para a aula a tratar do assunto. Com igual interesse foi encarado o fato de os alunos não acompanharem o desenvolvimento do programa de determinadas disciplinas. Após ouvido o parecer de cada um dos presentes, ficou determinado, para que haja realmente aproveitamento, que o professor deve descer, adaptar-se ao nível dos conhecimentos do aluno e não ser escravo do programa”. Ata da Congregação da Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande, 27 abr. 1961.

²⁴ Ata da Congregação da Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande, 27 abr. 1961.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

de cooperação do corpo docente que aceitou trabalhar pelo módico salário de cem cruzeiros”, inclusive havendo “professores que fazem reverter seus vencimentos em benefício da Faculdade”. Destacava-se o desejo de melhoria nos salários dos professores, apesar das dificuldades vigentes, argumentando-se que “não podendo cobrar dos alunos anuidade superior, sob pena de criar uma Faculdade privilegiada, indispensável se faz criar uma fonte de recursos financeiros suficientes, possibilitando fixar um salário condizente com as demais Faculdades”, além da “formação de uma biblioteca que atenda às necessidades dos cursos”. Uma das possíveis alternativas apontadas era a criação de novos cursos, como o de “Neolatinas”, o qual “viria a solucionar a situação financeira”. Ainda no que tange ao campo das finanças, esclarecia-se que, havendo “candidatos cuja situação financeira não lhes permitia o ingresso à Faculdade”, ficava “prevista a concessão de matrículas gratuitas a partir do próximo exercício”²⁵.

Ao final do primeiro ano de funcionamento da Faculdade, o relatório referente ao período revelava que em pouco fora alterada a realidade da instituição, mantendo-se regularmente as atividades previstas, com o esforço coletivo de docentes e discentes. O número de livros pertencentes ao acervo da própria Faculdade fora aumentado em vinte exemplares, contando com as mesmas quantidades à disposição na Biblioteca Rio-Grandense e na da escola que sediava as aulas. Persistia-se no propósito de manter o intercâmbio com docentes de outras instituições que vinham palestrar para os

²⁵ Ata da Congregação da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, 10 set. 1961.

alunos rio-grandinos, com temas como a língua portuguesa e a importância da faculdade católica na sociedade, além disso, ficava revelada a preocupação em levar ao corpo discente a discussão sobre temas relevantes para o momento político vivido pelo Brasil, com a “solução parlamentarista”, adotada como alternativa para garantir a posse do Vice-Presidente João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, sendo proferidas na Faculdade, em setembro e outubro, duas palestras sobre o parlamentarismo²⁶.

Nos anos que se seguiram, a Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande ampliaria suas atividades, vencendo certas dificuldades e oferecendo novos cursos à comunidade. A Faculdade passaria a oferecer, além dos originais Filosofia e Pedagogia, os cursos de Letras – Inglês e Francês (a partir de 1964) e Matemática (1966), além de Estudos Sociais e Ciências (1968). Em seu sétimo ano de funcionamento, a Faculdade passaria por mais uma avaliação de parte do Governo Federal, quando foi destacada a manutenção de alguns fundamentos, de acordo com o parecer inicial de 1961, mormente no que tange à entidade mantenedora, à capacidade financeira e aos limites de matrícula; enquanto as condições de infraestrutura, a organização de serviços administrativos e o material didático passaram por um processo de ampliação/aperfeiçoamento²⁷. A estrutura

²⁶ SILVEIRA, Hugo Dantas. Relatório do 2º período letivo correspondente ao exercício de 1961, dez. 1961. fs. 1-3.

²⁷ Quanto à infraestrutura, no que diz respeito a bibliotecas, a partir de 1967 aconteceria também uma ampliação. Sobre esse aspecto, destacava-se: “Os alunos desta Faculdade usam, além de nossa biblioteca, a da Escola Normal Santa Joana D’Arc, a

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

administrativa também fora ampliada, com a Diretoria, a Congregação de Professores, o Conselho Departamental e o Conselho Administrativo, estes dois últimos com a presença de um representante do corpo discente. No que se refere ao quadro docente, buscava-se evidenciar o compromisso com a utilização dos serviços de bons profissionais, afirmando-se que o mesmo “era formado por professores de comprovada capacidade, verdadeiros técnicos em educação”, uma vez que era “preocupação constante dos dirigentes da Faculdade a escolha dos elementos que compõem a Congregação, procurando, além da capacidade técnica, valores morais”²⁸.

Mais uma vez vinha à baila as condições culturais da cidade do Rio Grande como fator

do Instituto de Educação Juvenal Miller [do qual outras dependências também viriam a ser utilizadas pela Faculdade], a da Escola de Engenharia Industrial e a da cidade [Biblioteca Rio-Grandense]. As duas primeiras, por pertencerem a escolas que mantêm cursos de formação de professores, são bastante especializadas neste ramo e estão, conforme acordo com as respectivas direções, à disposição desta Faculdade. Com a Escola de Engenharia Industrial há um convênio para utilização da biblioteca e laboratórios. A Biblioteca Pública [Rio-Grandense], considerada a primeira do Estado e a quinta do Brasil, por gentileza de seu Presidente, foi posta à disposição de nossos alunos, em todos os horários em que funciona”. ALMEIDA, Alair Brandão. Ofício ao Presidente da Comissão encarregada de verificar o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, 19 abr. 1967. f. 1.

²⁸ LEITE, Franklin Olivé. Relatório de verificação para autorização de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, 1967. fs. 1-8.

legitimador da presença da Faculdade, destacando-se que a comunidade, “único porto de mar do Estado, com grande parque industrial, com significativa população, cem mil habitantes, possui situação privilegiada do ponto de vista geoeconômico, propiciando o desenvolvimento cultural”. Novamente se fazia um levantamento das instituições educacionais e culturais existentes na cidade portuária, citando-se escolas públicas primárias, ginásios, escolas normais, instituto, colégios, escolas de nível técnico, escola de belas artes e faculdades, as quais a colocavam “entre as comunidades de alto nível cultural”, apontando-se também para as potencialidades presentes no Rio Grande no campo da saúde, dos serviços e da economia. Além disso, voltava-se a enfatizar a “real necessidade” da Faculdade para com o “Meio” no qual estava inserida, não mais se apontando diretamente para motivações de cunho ideológico - em razão do novo contexto histórico advindo a partir dos governos militares - e sim para a constante necessidade de formação de quadros docentes, argumentando-se que, “com o constante crescimento da população escolar e consequente aumento do número de escolas de todos os níveis, é indispensável contar com professores capazes para atender as escolas que surgem”, de modo que a Faculdade representava “uma necessidade real”²⁹.

O ano de 1967 tornava-se, assim, mais um momento de inflexão na vida da Faculdade de Filosofia, tendo em vista o esforço concentrado que foi realizado na busca por um novo reconhecimento federal da instituição. O argumento básico apresentado para

²⁹ LEITE. 1967. fs. 8-10.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

justificar a relevância do centro de ensino estava ligado às carências no quadro docente do município. Neste sentido, apontava-se para “a necessidade da existência desta Faculdade com o aproveitamento, pelas diversas escolas de grau médio, de nossas alunas, não só as que completaram como as que ainda frequentam os diversos cursos”, arrolando-se inclusive o nome de alunos egressos e em curso que estavam atuando na rede escolar, com destaque para o Instituto de Educação Juvenal Miller, a Escola Normal Joana D’Arc, o Colégio Estadual Lemos Júnior, o Ginásio Estadual Barão do Cerro Largo, o Ginásio Nossa Senhora Medianeira, o Ginásio Básico Fernando Freire e o Ginásio de São José do Norte. A direção da Faculdade afirmava ainda que seguidamente havia a procura de parte de diretores “solicitando indicação de professores para atender cadeiras em suas escolas de grau médio”, ocorrendo o mesmo em relação aos estabelecimentos de ensino da vizinha cidade de Santa Vitória do Palmar³⁰.

Ainda no que tange à importância da Faculdade em sua função precípua de formação de professores, destacava-se o constante incremento no número de alunos, que aumentava na demanda por novos docentes, os quais, pela legislação vigente, precisam portar título por instituições reconhecidas. Explicava-se, nesta linha, “o constante aumento de matrícula nas diversas escolas diurnas e noturnas” em “ginásios, clássico, científico, técnico, comercial, escolas normais, etc.”, o que viria a exigir, “no futuro, muito próximo, um elevado número de professores”. Apontava-se também para as próprias exigências do Ministério da Educação e Cultura no que

³⁰ ALMEIDA. 1967. fs. 1-2.

tange à necessidade de professores diplomados, citando-se que este ministério proporcionara “um curso de preparação para Exame de Suficiência no qual se inscreveu grande número de professores da cidade”. Ficava prevalecendo então um impasse, uma vez que, de um lado, havia “a abertura de concurso pra ingresso no Magistério de Ensino Médio com a exigência de ser o professor licenciado e portador de registro no MEC”, e de outro, a procura de parte dos possíveis candidatos por faculdades reconhecidas, advindo daí a premente necessidade de uma breve conclusão quanto ao processo de reconhecimento³¹.

Este esforço em torno do reconhecimento mobilizou também diversos setores da cidade, com destaque para as chamadas “forças vivas” do município. Neste quadro, o representante do Poder Judiciário Estadual atestou que “a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande vem prestando à comunidade rio-grandina relevantes serviços nos setores educacional e cultural, como formadora do pensamento filosófico da comunidade”, o que era comprovado pela “atuação dos professores que concluíram seus cursos na referida Faculdade e que foram aproveitados nas escolas de Ensino Médio, onde têm demonstrado capacidade profissional”. O mesmo segmento fazia referência ainda ao fato de que a abrangência da atuação da Faculdade ultrapassava as fronteiras municipais, uma vez que, “além de servir à comunidade rio-grandina, o raio de ação cultural da Faculdade Católica de Filosofia estende-se por uma vasta região, abrangendo os municípios de Mostardas, São José do Norte e Santa Vitória do

³¹ ALMEIDA. 1967. fs. 2-3.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

Palmar”, os quais na instituição vinham “buscar elementos para o corpo docente de seus ginásios”³². O Poder Executivo também se associaria a esta mobilização, através da Prefeitura Municipal, na figura do interventor federal, que expediu documento³³ com conteúdo idêntico ao citado atestado emitido pelo Judiciário.

Também participou deste esforço concentrado a Câmara do Comércio da Cidade de Rio Grande, atestando, como “um dever cívico e honroso”, que eram “múltiplos e de alta relevância” os “serviços prestados pela Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande à comunidade, em seus sete anos de profícuo e exitoso funcionamento, tendo já formado seis turmas, das quais a maioria colabora, efetivamente, trabalhando em educandários desta cidade”³⁴. Não deixou de manifestar-se sobre o tema a Fundação Cidade do Rio Grande, a qual atestou que a Faculdade vinha “funcionando ininterruptamente desde o ano de 1961, mantendo os cursos regularmente e com comprovada eficiência didática”³⁵. Junto destas “forças vivas” manteve-se campanha popular no sentido de angariar fundos, mormente para a ampliação de exemplares na biblioteca da instituição. Ao analisar o processo de reconhecimento

³² VINHAS, João Ricardo. Atestado do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul – Rio Grande, 4 jul. 1967.

³³ CATTANI, Armando. Atestado da Prefeitura Municipal do Rio Grande, 5 jul. 1967.

³⁴ FRAZÃO, Bolívar Nóbrega. Atestado da Câmara do Comércio da Cidade de Rio Grande, 6 jul. 1967.

³⁵ AMARAL, Jorge da Cunha. Atestado da Fundação Cidade do Rio Grande, 6 jul. 1967.

da Faculdade, que tramitava junto aos órgãos competentes, os pareceristas admitiram o mérito da solicitação, pois, apesar de certas dificuldades, a instituição vinha atendendo duzentos alunos, mas tinha como um de seus grandes obstáculos o temor provocado junto aos interessados pela falta de reconhecimento de cursos do estabelecimento de ensino. No mesmo relatório ficava expresso que, na Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, “a qualidade do ensino é bem acima da média das faculdades de Filosofia” existentes no país³⁶. A diligência da comunidade rio-grandina quanto à Faculdade de Filosofia foi brindada com o êxito da obtenção do reconhecimento, em outubro de 1967.

As atividades discentes também se fizeram presentes ao longo da existência da Faculdade de Filosofia, principalmente pela atuação do Centro, depois Diretório Acadêmico Padre Luiz de Carvalho, criado em abril de 1961, com o objetivo de congregar o alunado da Faculdade, e que buscou expandir e aperfeiçoar “seu funcionamento de molde a prover e enriquecer a diversificação das atividades extracurriculares e extraescolares promovidas por esta Escola Superior”. Ainda que enfatizassem que estavam voltados, sobretudo, ao “trabalho escolar”, os alunos da Faculdade esclareciam que sua presença vinha se fazendo sentir “não só no meio universitário local, como também na comunidade e fora dela, através de manifestações esportivas, culturais, artísticas, sociais e assistenciais”.

³⁶ LIMA, Alceu Amoroso. Parecer n.º 306/67, da Câmara de Ensino Superior – 2º Grupo – Reconhecimento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, da Universidade Católica de Pelotas, 3 ago. 1967.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

Dentre as atividades do Diretório, foram marcantes a “recepção e integração de calouros na vida acadêmica”, a “formação e administração do patrimônio do Diretório”, a atuação como “elemento de ligação entre a Direção, o corpo docente e o corpo discente”, a “representação do corpo discente na vida universitária local”, a “manutenção de atividades esportivas próprias” e universitárias, a edição do jornal *A Coruja*, a “promoção de aulas inaugurais e conferências”, a participação em congressos, a promoção de recitais, a “participação em atividades sociais e assistenciais universitárias e da comunidade”, a “manutenção de uma biblioteca de cultura geral” e o congraçamento entre os diversos setores da Faculdade através de atividades de confraternização³⁷.

Nessa linha, o corpo discente da Faculdade buscava destacar a importância do seu Diretório Acadêmico na vida do estabelecimento de ensino, notadamente no que tange às relações com a comunidade, embrião do que viria a se conceituar como atividades extensionistas. Enfatizava-se, assim, a relevância do “trabalho espontâneo e desinteressado que realizam os alunos, no sentido de manter-se a comunidade informada de suas atividades e dando-lhe, ao mesmo tempo, oportunidade de atualizar-se culturalmente”, pois as atividades do Diretório eram “sempre abertas ao público que por elas se interessa por decorrência de divulgação motivadora que sempre as antecede”. De acordo com esta perspectiva, afirmava-se

³⁷ Relatório de atividades discentes do Diretório Acadêmico Padre Luiz de Carvalho – Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, 1967. fs. 1-2.

que, “em função de sua planejada organização, do amadurecimento de seus integrantes e de sua capacidade inventiva e criadora”, os integrantes do Diretório eram constantemente “solicitados a participarem das atividades coletivas quer estudiantis ou não”. Concluía-se, deste modo, que a atuação dos alunos no Diretório representava “um fator auxiliar inestimável na colimação dos objetivos de uma Escola Superior” como a Faculdade, que tinha um papel “na formação e aprimoramento não só da cultura de seus próprios elementos, como também da comunidade no âmbito da qual está estabelecida”, já que “dificilmente poderia uma direção dominar e atender as solicitações de uma tão ampla e diversificada frente de atividades, não fora a estreita e indispensável colaboração do Diretório Acadêmico”³⁸.

Na Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande ficava também garantido o espaço para a consciência crítica e para um repensar das próprias estruturas da instituição, como foi o caso da discussão promovida após a participação em simpósio sobre a estrutura das faculdades de Filosofia, promovido em 1963. O relatório das participantes no evento evidenciava que lá fora discutido que as faculdades de Filosofia não vinham cumprindo suas finalidades básicas, quer seja, “unificar os complexos universitários em que foram inseridas”, bem como formar “especialistas de alto nível” e “professores secundários na qualidade e quantidade desejáveis e necessárias”. As soluções identificadas para estes problemas poderiam ser resumidas em sugestões como a “transformação dos

³⁸ Id., ibid. f. 3.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

cursos das faculdades de Filosofia em departamentos organizados, com matérias afins”, a adoção de novos currículos, a “necessidade urgente” de estas faculdades possuírem “o seu colégio de aplicação, conforme o nível de professores que vão formar ou mesmo utilizarem os cursos correspondentes das escolas locais para uma prática efetiva”, a “introdução da pesquisa e da investigação em todos os cursos da Faculdade”, uma vez que estas atividades já não poderiam mais ser consideradas “como uma opção, e sim, como uma real necessidade”, pois “em qualquer campo do conhecimento humano sempre é possível fazer alguma coisa nesse sentido”³⁹.

As análises oriundas da participação deste simpósio sobre as faculdades de Filosofia apontavam ainda para a necessidade do aumento do número de professores, de um exame detalhado do que fora construído até então, constituindo-se aquele num “momento de se fazer uma autocrítica” através do levantamento da situação vigente. Neste sentido, apontava-se para “três problemas fundamentais” que afligiam as instituições de ensino, ou seja, quanto aos seus objetivos – o tipo de professor secundário que se pretendia formar, o tipo de educação necessário e o modelo de instituição mais indicado para a formação do mesmo –, a formação especializada e a formação pedagógica do professor. Destacavam-se os modelos aplicados no exterior, com especial atenção ao norte-americano, devendo-se buscar “um maior senso de

³⁹ BUAIS, Margarida Figurelli; MAIA, Amanda. Relatório acerca do Simpósio sobre estrutura das Faculdades de Filosofia, mar. 1963. fs. 1-2.

equilíbrio na formação dos professores secundários”, ou seja, “nem academicistas, nem didaticistas”, formando-se, isto sim, “um misto de professor e de mestre”⁴⁰.

De acordo com essa perspectiva, argumentava-se que o professor brasileiro tinha “uma formação muito intelectualizada”: urgia que viesse a se integrar “no momento” que se estava “construindo e vivendo”. Assim, apontava-se para a necessidade da formação especializada do docente, contemplando aspectos como o “conhecimento do aluno”, os “métodos e técnicas de ensino”, a escola onde o professor iria atuar, o “estudo das instituições sociais de sua comunidade” e a uma prática de ensino que não deveria “se restringir aos cursos ou colégios de aplicação, e sim às demais escolas da comunidade”. Assim, manifestava-se uma série de dúvidas quanto à estrutura da Faculdade de Filosofia da cidade, no que tange ao seu regimento interno, os currículos, as disciplinas e as condições de alterações curriculares⁴¹, demonstrando uma certa possibilidade pela qual a direção do estabelecimento de ensino permitia um espaço para a autocritica e a reavaliação.

Assim, a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande seguia a senda trilhada pelas demais instituições de ensino superior até então criadas nessa cidade e que culminariam com a criação da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, ou seja, era fruto de esforços e mobilizações individuais e coletivas dos mais diversos segmentos da comunidade visando a dotar o município e a região de estabelecimentos educacionais que permitissem a formação técnica de profissionais e o

⁴⁰ Id., *ibid.*, fs. 2-3.

⁴¹ Id., *ibid.*, fs. 3-4.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

aprimoramento cultural da população. No caso da Faculdade de Filosofia, ela marcava a gênese de vários dos cursos de licenciatura das mais diversas áreas do conhecimento humano, ou seja, Pedagogia, Filosofia, Letras, Matemática, Estudos Sociais e Ciências, os quais constituiriam o embrião dos cursos que no futuro, já à época da FURG, viriam a ser os responsáveis pela formação de professores. Aliás, essa foi a motivação precípua da Faculdade de Filosofia, preencher as lacunas existentes quanto ao quadro docente a atuar na comunidade rio-grandina e em sua zona de abrangência, bem como qualificar os professores que já atuavam nas redes pública e privada. De acordo com o contexto histórico de então, marcado pelas disputas ideológicas da Guerra Fria e pelas transformações advindas do movimento militar de 1964, articulavam-se e inter-relacionavam-se conjuntura e propósitos na edificação da Faculdade de Filosofia, por meio da formação de quadros profissionais capacitados, interados com o meio em que atuariam e a contento com as metas estabelecidas pelos idealizadores da instituição.

História e reformas curriculares

História e currículos na FURG

A habilitação em História – Licenciatura Plena na Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) teve a sua gênese no final da década de setenta, reconhecida pelo Decreto Nº 83382 de 30 de abril de 1979, publicado no Diário Oficial da União de 2 de maio do mesmo ano, originando-se a partir do Curso de Estudos Sociais, existente desde o decênio anterior.

Nessas duas décadas de funcionamento, o Curso de História passou por diversas transformações, as quais corresponderam à organização de diferentes quadros de sequência lógica, ou seja, a distribuição das disciplinas e carga horária de cada uma delas ao longo dos quatro anos de duração do referido curso. Cada um desses quadros de sequência lógica corresponderam à conjuntura histórico-historiográfica dos momentos em que foram aplicados, influindo na sua estruturação desde as diferentes vertentes historiográficas durante esses vinte anos, as visões a respeito do profissional que se pretendia formar, as exigências da clientela e do mercado de trabalho e as próprias condições de infraestrutura oferecidas ao ensino de nível superior.

O primeiro quadro de sequência do Curso de História funcionou entre o final da década de setenta e a primeira metade do decênio seguinte. Esse quadro tinha por grande limite a necessidade de então de articular-se e adaptar-se o currículo de História, uma licenciatura

plena (quatro anos), ao de Estudos Sociais, licenciatura curta (dois anos), os quais eram oferecidos pela FURG concomitantemente. Nesse caso, muitas das disciplinas em comum dos dois cursos tinham de ser oferecidas simultaneamente, o que criava certas distorções no quadro de História, como uma ruptura na continuidade de disciplinas em sequência cronológica, através dos semestres (como por exemplo a História da Europa Contemporânea no 8º semestre, enquanto a História Contemporânea, que antecedia aquela, no 3º; ou ainda a História do Brasil República no 3º semestre, ao passo que a História do Brasil Contemporâneo ficava no 7º); além disso, disciplinas introdutórias, as quais deveriam ser no início do curso, como Introdução à História I e II e Introdução à Metodologia Científica, só eram oferecidas a partir do 5º semestre. Especificando as diferentes áreas, tal quadro era organizado da seguinte maneira:

História Geral

História Antiga – 6 cr

História Medieval e Moderna – 6 cr

História Contemporânea – 6 cr

História da Europa Contemporânea – 3 cr

História da África – 3 cr

História do Oriente Médio Contemporâneo – 3 cr

História do Extremo Oriente – 3 cr

História do Brasil

História do Brasil Colônia – 5 cr

História do Brasil Império – 5 cr

História do Brasil República – 5 cr

História do Brasil Contemporâneo – 4 cr

História das Relações Internacionais do Brasil – 3 cr

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

História da América

História da América I – 4 cr

História da América II – 3 cr

História da América Latina Contemporânea – 3 cr

História Regional

História do Rio Grande do Sul – 3 cr

Teoria e Metodologia

Introdução à História I – 3 cr

Introdução à História II – 3 cr

Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica – 3 cr

Ciências Humanas/Sociais Afins

Antropologia Cultural I – 3 cr

Antropologia Cultural II – 3 cr

Fundamentos de Sociologia – 6 cr

Geografia Básica I – 4 cr

Geografia Regional I – 6 cr

Geografia Regional II – 6 cr

Elementos de Geografia Humana – 4 cr

Disciplinas Didático-Pedagógicas

Psicologia da Educação V – 3 cr

Psicologia da Educação VI – 3 cr

Didática Geral I – 3 cr

Didática Geral II – 3 cr

Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau – 2 cr

Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau – 2 cr

Prática de Ensino em História I – 3 cr

Prática de Ensino em História II – 3 cr

Disciplinas Complementares

Português Básico I – 3 cr

Português Básico II – 3 cr

Organização Social e Política do Brasil I – 4 cr

Organização Social e Política do Brasil II – 4 cr

Introdução à Metodologia Científica – 3 cr

História da Cultura, Arte e Literatura – 3 cr

Disciplinas sob Legislação do MEC

Estudos dos Problemas Brasileiros I – 2 cr

Estudos dos Problemas Brasileiros II – 2 cr

Práticas Desportivas – 4 cr

O segundo quadro de sequência lógica do Curso de História funcionou desde a primeira metade da década de oitenta até o final do mesmo decênio. Esse quadro já se caracterizava por uma evolução em relação ao anterior, tendo em vista o final das distorções promovidas a partir da dicotomia com o Curso de Estudos Sociais que seria extinto durante aquele período. Tal quadro, no entanto representou uma fase de transição, na qual diversos dos problemas anteriores foram resolvidos, porém, alguns continuaram a existir, pois, ainda que em extinção, Estudos Sociais continuou sendo oferecido aos alunos remanescentes, ao menos durante dois anos da segunda metade da década de oitenta, além disso, o número de docentes continuava extremamente reduzido, dificultando a ampliação no oferecimento de cadeiras. Ainda assim, esse quadro trazia em si uma busca, mesmo que limitada, por oferecer um curso que oportunizasse melhores condições de formar um profissional de História, tendo, inclusive,

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

elevada a sua carga horária total. A organização desse quadro era a seguinte:

História Geral

História Antiga – 6 cr

História Medieval e Moderna – 6 cr

História Contemporânea – 6 cr

História da Europa Contemporânea – 3 cr

História da África – 3 cr

História do Oriente Médio Contemporâneo – 3 cr

História do Extremo Oriente – 3 cr

História Econômica Geral – 3 cr

História do Brasil

História do Brasil Colônia – 6 cr

História do Brasil Império – 5 cr

História do Brasil República – 6 cr

História do Brasil Contemporâneo – 4 cr

História Econômica do Brasil – 3 cr

História das Relações Internacionais do Brasil – 3 cr

História da América

História da América I – 4 cr

História da América II – 3 cr

História da América Latina Contemporânea – 3 cr

História Regional

História do Rio Grande do Sul I – 3 cr

História do Rio Grande do Sul II – 3 cr

Teoria e Metodologia

Introdução à História I – 3 cr

Introdução à História II – 3 cr

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica I – 3 cr
Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica II – 3 cr

Ciências Humanas/Sociais Afins

Antropologia Cultural I – 3 cr
Antropologia Cultural II – 3 cr
Fundamentos de Sociologia – 6 cr
Fundamentos de Geografia Regional – 6 cr

Disciplinas Didático-Pedagógicas

Psicologia da Educação V – 3 cr
Psicologia da Educação VI – 3 cr
Didática Geral I – 3 cr
Didática Geral II – 3 cr
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau – 2 cr
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau – 2 cr
Prática de Ensino em História I – 3 cr
Prática de Ensino em História II – 3 cr

Disciplinas Complementares

Português Básico I – 3 cr
Português Básico II – 3 cr
Organização Social e Política do Brasil I – 4 cr
Organização Social e Política do Brasil II – 4 cr
Paleografia – 3 cr
Introdução à Metodologia Científica – 3 cr
História da Arte – 3 cr
Estatística I – 3 cr

Disciplinas sob Legislação do MEC

Estudos dos Problemas Brasileiros I – 2 cr
Estudos dos Problemas Brasileiros II – 2 cr
Práticas Desportivas – 4 cr

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

Finalmente, em 1989, passavam a funcionar os atuais quadros de sequência lógica. A novidade era a criação do Curso de Bacharelado que, ao lado da Licenciatura, visava trazer à comunidade universitária a possibilidade de duas habilitações para os interessados em cursar História. Esse quadro representa um significativo avanço em relação aos anteriores, ampliando-se representativamente o rol de disciplinas oferecidas, além da inovação no oferecimento de disciplinas optativas (das quais o aluno dever cursar ao menos 15 créditos para preencher os requisitos necessários à sua graduação). Esse aumento da carga horária total e diversificação das disciplinas oferecidas deveram-se, mormente ao incremento na capacitação do corpo docente, bem como à ampliação do número de professores. Apesar de toda a transformação para melhor, esses quadros ainda apresentavam problemas estruturais sérios como uma carga horária que chegou a tornar-se excessiva e uma acentuada discrepância entre a formação do Licenciado e do Bacharel, ligada, de uma maneira quase que exclusivista, respectivamente, ao ensino e à pesquisa. Alguns dessas limitações foram resolvidas em 1991, porém, diversas outras se fizeram sentir ao longo do tempo, daí a atual discussão acerca da reforma.

Além disso, nessa época, se fazia presente na FURG, a ideia de que o oferecimento dos cursos deveria basear-se em quadros organizados a partir de um sistema anual seriado. Eleita como o apanágio que traria as soluções para todos os problemas que marcavam os diferentes cursos da Universidade, a “anualização” foi apontada como condição *sine qua non* para o

funcionamento de um curso. Todo o currículo dos Cursos de História, porém, estavam moldados em torno de uma organização semestral, gerando-se uma adaptação de última hora, com a improvisação de algumas disciplinas anuais, tendo em vista uma imposição realizada pelo conselho responsável pelas reformas curriculares. Sob o argumento de uma fase de transição para a “anualização”, impôs-se aos Cursos de História uma organização híbrida, com um rol predominantemente semestral, no entanto, com algumas disciplinas anuais, as quais, muitas vezes, serviram como empecilho à otimização do processo de graduação dos alunos. Os quadros de História – Licenciatura Plena e Bacharelado ficaram organizados como segue:

História Geral (disciplinas comuns à Licenciatura e ao Bacharelado)

História Antiga Oriental e Clássica (anual) – 8 cr

História da Idade Média – 5 cr

História Moderna I – 4 cr

História Moderna II – 4 cr

História Contemporânea I – 4 cr

História Contemporânea II – 5 cr

História Econômica Geral (e do Brasil – anual) – 4 cr

História da África – 3 cr

História do Extremo Oriente (anual) – 6 cr

História do Brasil (Licenciatura e Bacharelado)

História do Brasil Colônia – 6 cr

História do Brasil Império – 5 cr

História do Brasil República – 6 cr

História do Brasil Contemporâneo – 4 cr

História Econômica (Geral) e do Brasil (anual) – 4 cr

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

História da América (Licenciatura e Bacharelado)

História da América (anual) – 8 cr

História da América Contemporânea – 4 cr

História Regional (Licenciatura e Bacharelado)

História do Rio Grande do Sul (anual) – 8 cr

Teoria e Metodologia

Introdução à História I – 3 cr (Licenciatura)

Introdução à História II – 3 cr (Licenciatura)

Metodologia da História – 4 cr (Bacharelado)

Trabalho de Graduação – 10 cr (Bacharelado)

Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica – 4 cr (Bacharelado)

Historiografia (disciplinas do Bacharelado)

Historiografia Geral – 4 cr

Historiografia Nacional e Regional (anual) – 8 cr

Ciências Humanas/Sociais Afins (Licenciatura e Bacharelado)

Introdução à Filosofia – 3 cr

Filosofia da História – 3 cr

Introdução à Sociologia – 4 cr

Antropologia (anual) – 8 cr

Pré-História* – 3 cr (Bacharelado)

Arqueologia Geral – 3 cr (Bacharelado)

História Política (anual) – 6 cr (Bacharelado)

* Inserida no rol das Ciências Humanas/Sociais tendo em vista a associação com a Arqueologia pressuposta na metodologia e no conteúdo da disciplina.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Disciplinas Didático-Pedagógicas (disciplinas da Licenciatura)

Psicologia da Adolescência – 3 cr

Psicologia da Aprendizagem – 3 cr

Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus – 4 cr

Didática Geral – 6 cr

Didática Aplicada à História – 3 cr

Instrumentalização para o Ensino da História – 3 cr

Prática de Ensino em História – Escola de 1º Grau – 3 cr

Prática de Ensino em História – Escola de 2º Grau – 3 cr

Estágio Supervisionado em História – 1º e 2º Graus – 3 cr

Disciplinas complementares

História da Arte – 3 cr (Licenciatura)

Organização Social e Política do Brasil (anual) – 8 cr (Licenciatura)

Introdução à Computação – 2 cr (Licenciatura e Bacharelado)

Estatística I – 3 cr (Bacharelado)

Paleografia (anual) – 6 cr (Licenciatura e Bacharelado)

Português Básico I – 3 cr (Licenciatura e Bacharelado)

Português Básico II – 3 cr (Licenciatura e Bacharelado)

Introdução à Metodologia Científica – 3 cr (Licenciatura e Bacharelado)

Automação Aplicada à História – 4 cr (Licenciatura e Bacharelado)

Disciplinas optativas

Língua Espanhola Instrumental I e II – 3 cr (Licenciatura e Bacharelado)

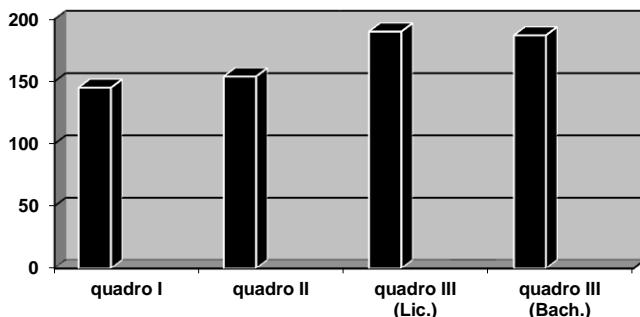
HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

- Língua Inglesa Instrumental I e II – 3 cr (Licenciatura e Bacharelado)
- Língua Francesa Instrumental I e II – 3 cr (Licenciatura e Bacharelado)
- Introd. à Geografia dos Continentes – 4 cr (Licenciatura e Bacharelado)
- Filosofia I e II – 4 cr (Licenciatura e Bacharelado)
- Geo-História – 4 cr (Licenciatura e Bacharelado)
- Hist. das Relações Intern. do Brasil – 3 cr (Licenciatura e Bacharelado)
- Hist. do Oriente Médio Contemp. – 3 cr (Licenciatura e Bacharelado)
- História do Pensamento – 4 cr (Licenciatura e Bacharelado)
- Folclore Brasileiro – 4 cr (Licenciatura)
- Arqueologia Geral – 3 cr (Licenciatura)
- Pré-História – 3 cr (Licenciatura)
- História Política – 3 cr (Licenciatura)
- Metodologia da História – 4 cr (Licenciatura)
- História Ibérica – 4 cr (Bacharelado)
- História Demográfica – 4 cr (Bacharelado)
- Antropologia Social – 4 cr (Bacharelado)
- Etnologia Brasileira – 3 cr (Bacharelado)
- História da Arte – 3 cr (Bacharelado)
- Estatística II – 3 cr (Bacharelado)

- Disciplinas sob Legislação do MEC** (Licenciatura e Bacharelado)
- Estudos dos Problemas Brasileiros I – 2 cr (extinta)
- Estudos dos Problemas Brasileiros II – 2 cr (extinta)
- Práticas Desportivas – 4 cr (transformada em opcional)

Nesse contexto, os quadros de sequência lógica atualmente em funcionamento, apesar de todas as suas limitações, representam uma evolução em relação aos que lhes antecederam. A carga horária total dos mesmos vem passando por um crescimento constante, como pode ser observado no seguinte gráfico que compara o total de créditos dos dois primeiros quadros de História, com os atuais de Licenciatura e Bacharelado:

**Gráfico 1: Comparação das cargas horárias totais dos diversos quadros de sequência lógica de História da FURG
(em número total de créditos)**

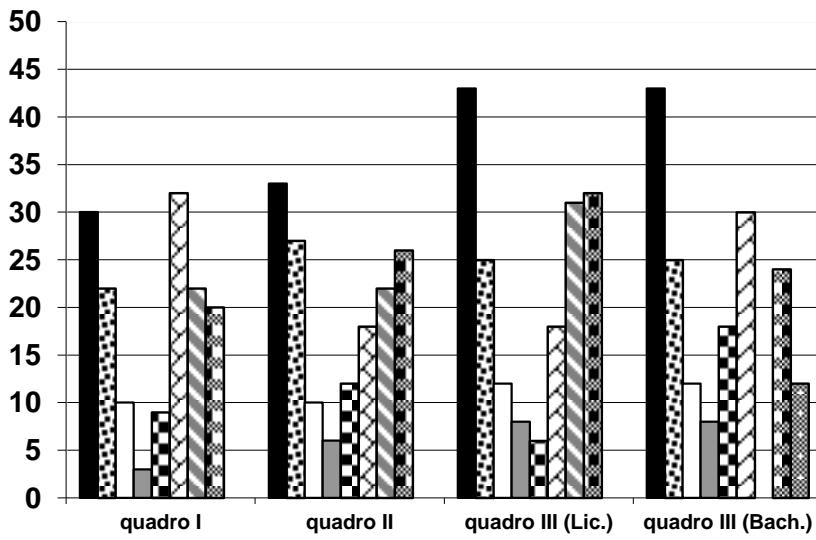


Essa evolução, no entanto, não foi apenas quantitativa, constituindo-se também numa aprimoramento qualitativo, tendo em vista uma tendência geral de crescimento na diversificação das disciplinas oferecidas aos alunos, permitindo, além da formação específica, uma ampliação no rol de conhecimentos e práticas em diferentes áreas para a

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

formação geral do corpo discente, como pode ser observado no próximo gráfico:

Gráfico 2: Comparação das cargas horárias totais dos diversos quadros de sequência lógica de História da FURG - por áreas (em número total de créditos)



Onde:

- A = História Geral B = História do Brasil C = História da América D = História Regional E = Teoria e Metodologia
F = Ciências Humanas/Sociais G = Disciplinas Didático-Pedagógicas
H = Disciplinas Complementares I = Historiografia

Assim, a organização curricular atualmente em vigor para os Cursos de História deve adaptar-se e

inserir-se em uma nova realidade. Apesar de suas limitações, não se pode negar que ela representa uma das fases da evolução pelas quais vêm passando os quadros de sequência lógica de História, acompanhando as próprias transformações que marcam o transcorrer da ciência histórica e as mudanças que atingem o ensino superior no país. É certo, assim, que uma reforma curricular é necessária, e ela terá sua gestação a partir do pensamento da coletividade que gravita em torno dos Cursos de História (alunos, ex-alunos, professores e comunidade em geral). Trata-se de uma árdua jornada em direção à organizar-se novos Cursos (ou Curso) para o próximo século/milênio, ainda mais diante das visões quase que milenaristas e escatológicas que previram o “fim da história”. A atual reforma curricular, o “fazer história” e o “ser historiador” são elementos indissociáveis que, com otimismo e, principalmente com profissionalismo, serão metas plenamente realizáveis para os tempos que se anunciam.

História e reforma curricular em tempos do “fim da História”

A questão de uma reforma curricular da História essa intrinsecamente ligada a uma conjuntura bem mais ampla, vinculada a determinadas visões do como “fazer História”, ou ainda, do modo de “ser historiador”, ainda mais que, nas últimas décadas, a História vem sendo apontada como uma ciência sem futuro, ao menos na visão daqueles que se propõem a realizar uma “pós-História”, ou ainda, para os defensores de que a História havia chegado ao seu fim. Ao contrário dessas versões

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

verdadeiramente escatológicas quantos aos destinos da História, deve-se partir da premissa explicativa a qual encara a estrutura/conjuntura atual como uma das etapas de um processo que ainda está em construção, contradizendo os teóricos que tendem a apresentá-la como a fase definitiva e imutável, ou ainda como o ápice da evolução humana.

Em verdade, a “crença teológica no livre mercado”, como o denomina Eric Hobsbawm⁴², tem levado a um agravamento crescente das desigualdades socioeconômicas, nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, as quais, de modo algum, podem levar a qualquer asserção/convicção quanto ao propalado fato de a humanidade ter atingido os anos de ouro do apogeu do sistema capitalista. Nessa linha, só resta ao historiador o caminho crítico quanto às tendências que teimam em chamar atenção para uma provável estabilidade que estaria marcando o mundo pós-Guerra Fria. Longe, porém, ainda estão as circunstâncias atuais de terem chegado em algo ao menos parecido à criação de um mundo paradisíaco, estável e sem problemas, ficando isso comprovado pela verdadeira “convulsão estrutural”⁴³ que ainda demarca o contexto histórico contemporâneo, no qual as velhas categorias de selvageria, barbárie e civilização se fazem presentes no comportamento e na caminhada da humanidade, seja pelas guerras, pelos ódios raciais e nacionais, ou pela

⁴² HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1995. p. 348.

⁴³ ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 116.

fome e pela pobreza crônicas que ainda permeiam a vida de muitas das sociedades atuais.

Nesse sentido, o historiador, ao não se filiar aos vaticínios do “fim da História”, tem amplas condições de discordar e, mais que isso, refutar aqueles teóricos que, muitas vezes, buscaram criar um “saber científico” como base de uma ideologia⁴⁴, bem como de um “discurso modernizador”, que leva a concentração de esforços em relação aos “meios técnicos, relegando totalmente o processo de educação global da população”⁴⁵, os quais viam a legitimar suas atitudes e difundir seus modos de pensar, intentando plasmar a identidade e a configuração de uma sociedade definitiva, onde não haveria mais espaço para a discordância e para as reivindicações.

Ao contrário, dessa expectativa, no *metiére* do historiador deve prevalecer a perspectiva expressa por Florestan Fernandes⁴⁶, segundo o qual, atualmente, vive-se numa “época na qual se pretende submeter e diluir o curso da História através do impacto da cultura industrial de comunicação de massa e da falsa ‘desideologização’ da hegemonia de classe da burguesia”; porém, “essa modalidade extrema de barbárie, intrínseca à civilização industrial no presente, esbarra com a resistência dos oprimidos, que carregam a

⁴⁴ Cfe.: BOUDON, Raymond. *A ideologia ou a origem das ideias recebidas*. São Paulo: Ática, 1989. p. 188-221.

⁴⁵ BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 54

⁴⁶ FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 12-3.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

História em outra direção e são portadores de uma mensagem inversa, que traz consigo a civilização sem barbárie". Nesse sentido, "a História não está morta e sim, "palpita no coração dos homens e ilumina sua imaginação, bem como suas esperanças e exigências", ou seja, o que existe é uma "História viva", uma "História em processo, produzida pelos homens, eternos portadores de História".

O "ser historiador", hoje em dia mais do que nunca, constitui-se num estado de espírito e numa preparação acadêmico-científica completamente afinados com o discurso expresso por Lucien Febvre há mais de três décadas, ao aconselhar aqueles que pretendem "fazer História", no sentido de que o historiador é o indivíduo que se relacionada diretamente com o espaço/tempo em que vive, interagindo e inter-relacionando o ato de "ser historiador" com o de "ser humano"⁴⁷. Nesse contexto, o historiador aparece como

⁴⁷ Nessa perspectiva, Febvre afirma: "para fazer História virai as costas ao passado e vivei primeiro. Misturai-vos à vida. À vida intelectual, sem dúvida, em toda a sua variedade. Historiadores, sede geógrafos. Sede juristas também, e sociólogos e psicólogos; não fechais os olhos ao grande movimento que, perante vós, transforma num ritmo vertiginoso as ciências do universo físico. Mas vivei também uma vida prática. Não vos contenteis em contemplar na orla, preguiçosamente, o que se passa no mar em fúria. (...) E isto é tudo? Não. Não é mesmo nada se deveis continuar separando a vossa ação do vosso pensamento, a vossa vida de historiador da vossa vida de homem. Entre a ação e o pensamento não há separação. Não há barreira estanque. É preciso que a história deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde perpassam apenas sombras despojadas de substância. É

“um ser humano individual”, ou seja, “como outros indivíduos, ele também é um fenômeno social, tanto o produto como o porta-voz consciente ou inconsciente da sociedade a qual pertence”⁴⁸.

Nesse sentido, muito ao contrário de concordar com um “fim da História”, o historiador atual identifica o seu meio de trabalho com uma ciência em constante renovação e construção, a qual não busca estabelecer “verdades absolutas e eternas” e cuja “conquista de seu método científico ainda não é completa”, pois “os historiadores ainda estão descobrindo os meios de análise adequados ao seu objeto”⁴⁹. De acordo com essa perspectiva, o historiador não precisa esconder nenhuma das “irresoluções” de sua ciência, já que elas são a sua “desculpa” e “dão frescura” aos seus estudos⁵⁰, ou seja legitimam uma ciência que não está acabada (em ambos os sentidos).

Assim, a História não chegou e nem chegará ao seu fim, ao menos enquanto existir a humanidade, com

preciso que, ardentes de luta, ainda cobertos da poeira do combate, do sangue coagulado do monstro vencido, penetrais no velho palácio silencioso onde ela dormita, e que, abrindo as janelas de par em par, reacendendo as luzes e reanimando o barulho, acordeis com a vossa própria vida, com a vida quente e jovem, a vida entregelada da princesa adormecida. FEBVRE, Lucien. *Vivre l'historie*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Lucien Febvre*. São Paulo: Ática, 1978. p. 7-8

⁴⁸ CARR, Edward Hallett. *Que é História?* 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 34.

⁴⁹ CARDOSO, Ciro Flamarión S. *Uma introdução à História*. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 49

⁵⁰ BLOCH, March. *Introdução à História*. 4.ed. Lisboa: Europa-América, s/data. p. 23.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

todas as suas incongruências e idiossincrasias, uma vez que ela se consiste numa “tentativa ininterrupta de explicação do homem e de seu destino”⁵¹. Nessa linha, os esforços dos especialistas devem tender cada vez mais a busca por “uma História que não se limita ao passado e ao conhecimento dele, ou à análise dos problemas postos pelas nossas leituras retrospectivas”, constituindo-se, enfim, num “inédito poder de aceleração prospectiva e de conversão do próprio homem ao futuro provável e desejável”⁵². Permanece amplamente presente a perspectiva de que o historiador tem uma função social muito bem demarcada, de modo que “nossa obrigação é ajudar para que se mantenha viva a capacidade das novas gerações para raciocinar, perguntar e criticar”, evitando que, “com a desculpa do fim da História”, procurem evitar e sonegar “nossas possibilidades de mudar o presente e construir um futuro melhor”⁵³.

É nesse quadro de um constante repensar do papel social do historiador e na abordagem da História

⁵¹ GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 249. Ainda ao referir-se à História, o autor afirma: “Em seu estado de perpétua gestação, é ela apaixonante para estudar-se e, mais ainda, para escrever-se, numa época em que, não obstante, parece-nos de tal modo perigosa e difícil de ser vivida, que preferíamos, por vezes, deixá-la passar ao largo, evitando sondar seus flancos repletos de um terrificante mistério.

⁵² SÁ, Vítor Matos e. Da Antologia e do seu destino sociocultural. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. XXXIII-XXXIV.

⁵³ FONTANA, Josep. *La historia después del fin de la Historia*. Barcelona: Crítica, 1992. p. 144.

como uma ciência plena em renovações e transformações que se enquadra numa reforma curricular nesses tempos de fins de século/milênio. Se a ciência histórica encontra-se constantemente passando por profundas mudanças, nada mais natural que os quadros curriculares acadêmicos, os quais representam um dos mais notáveis motores desse repensar histórico, também passem por renovações de tempos em tempos. Nesse espírito de identificação e adaptação às transformações e às novas realidades histórico-historiográficas, é que se promovem atualmente os estudos em direção a uma reforma curricular dos Cursos de História da FURG.

Essa reforma passa pelas mudanças mais sutis e práticas, mormente no que tange à carga horária de determinadas disciplinas, chegando até às transformações estruturais que trazem em si um novo olhar filosófico e um pensar teórico e epistemológico diferenciados em relação àqueles vigentes em 1989, quando passaram a funcionar os atuais quadros de sequência lógica. Apenas a título de exemplificação, algumas das mudanças mais prementes na atualidade dos Cursos de História da FURG – sob o prisma desse autor que vem participando ativamente, há mais de dez anos no processo de construção dos referidos cursos – estariam ligadas:

- a uma premente e necessária “unificação” das duas habilitações, pondo-se fim à dicotomia Licenciatura - Bacharelado, a qual traz em si, direta/indiretamente, uma indevida discrepância entre o ensino e a pesquisa, atividades de natureza totalmente indissociável entre si;
- a um certo “enxugamento” da carga horária, de modo que, sem prejuízos à formação geral e específica do corpo discente, não se prejudique o aluno em outras

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

atividades que não aquelas ligadas à sala de aula, notadamente as vinculadas à leitura e à pesquisa, indispensáveis àquelas formações;

- ao incremento às atividades extraclasse, incluindo-as no rol da carga horária do curso, de modo a incentivar a participação dos alunos em atividades extensionistas;
- à criação das “oficinas de História”, cadeiras essencialmente práticas, nas quais os docentes teriam amplas oportunidades de repassar aos alunos suas experiências de pesquisa/ensino em assuntos específicos, de maneira que o aluno se prepare, ao longo de todo o curso, para a realização dos trabalhos de conclusão, sejam eles um estágio e/ou uma monografia; além disso, tais “oficinas” viriam a permitir uma melhor identificação e definição das linhas de pesquisa/ensino a serem executadas pelos professores de História;
- à possibilidade de realização de disciplinas em outros cursos, flexibilizando-se o processo de matrículas, de forma que o discente possa ter, além de sua formação geral como historiador, a possibilidade de ampliação de conhecimentos em áreas específicas aos seus interesses.

Além dessas, diversas outras são as providências necessárias para uma atualização do quadro de sequência lógica da História da FURG, para a qual estão contribuindo decisivamente as participações e opiniões dos diferentes segmentos universitários. Torna-se ainda necessária uma mudança estrutural e nas formas de agir e pensar dos órgãos e conselhos universitários quanto à própria reforma curricular, transformando esta do processo burocrático e emperrado que é hoje em dia, para outro, mais flexível, que permita adaptações mais rápidas a novas realidades. A reforma curricular que

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

atualmente se entabula junto aos Cursos de História (talvez, no futuro, Curso de História, no singular!), deve-se prender essencialmente à função social do profissional de História, comprometido com a sociedade a qual pertence e, acima de tudo, deve estar baseada na ética, porém não aquela ética que é propalada nos discursos e relegada na prática e sim num comportamento efetivamente ético nas formas de pensar e agir, coadunando-se com o próprio papel do historiador em sua comunidade, ou, como bem esclareceu o poeta do rock, Renato Russo, ao sugerir: “Não confunda ética com éter” (Natália. In: **Legião Urbana - A Tempestade**).

O ensino da História – Vestibular e “Cursinho Pré-Vestibular”: análise de uma questão (ou breves considerações sobre como não se deve ensinar a História)

Na conjuntura educacional brasileira, o Vestibular tornou-se uma verdadeira instituição, ou, em outras palavras, uma prova de iniciação para aqueles que pretendem adentrar no ensino universitário. Apesar de suas profundas limitações como parâmetro qualitativo-quantitativo para medir a capacidade do aluno para ingressar no terceiro grau, tendo em vista a grande discrepância entre o número de vagas e a quantidade dos pretendentes, ainda não se consolidou nenhuma forma de avaliação que venha a substituir o Concurso Vestibular. A exceção a essa regra vem constituindo-se em algumas experiências que visam avaliar o aluno de forma contínua, ao longo de sua formação no ensino fundamental e médio e, a partir desse rendimento, medir suas possibilidades de ascensão acadêmica. Essas tentativas, no entanto, ainda são isoladas e encontram-se numa fase essencialmente experimental, além do fato de terem de adaptar-se às profundas diferenças entre as instituições de ensino frequentadas pelos alunos.

Ficam, assim, envolvidas na prática do vestibular uma série de condicionantes, mormente aquelas ligadas

às desigualdades sociais típicas da sociedade brasileira, que podem levar a questionamentos quanto à essa forma de avaliação. Uma conclusão é certa – o Vestibular não é o meio ideal para identificar aqueles que podem ascender ao ensino universitário – no entanto, ainda não foi possível estabelecer uma outra modalidade que se firme diante da realidade brasileira. Dentre os elementos constitutivos que servem para demarcar esse complexo quadro, um deles está ligado à carente formação dos alunos em nível de ensino fundamental e médio (os antigos primeiro e segundo grau), a qual, muitas vezes, leva a transformar o Vestibular num obstáculo intransponível aqueles que passaram de modo regular pelos bancos escolares. É nesse espaço que, sinuosamente, entram em cena os chamados cursos de pré-vestibular, os quais, de modo algum, representam uma solução para aquele problema, e sim, uma distorção do sistema, não contribuindo, em nenhum sentido, para uma recuperação do mecanismo educacional brasileiro e, ao contrário, servindo para atrofiá-lo ainda mais.

No que se refere ao Vestibular da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), especificamente no que tange à Prova de História, o que tem ocorrido, de modo geral, é uma constante tentativa de aperfeiçoá-la e transformá-la num instrumento de avaliação o mais coerente possível com a realidade educacional contemporânea. No entanto, não prevalece a ideia de que essa adaptação à realidade tenha que significar necessariamente um afrouxamento geral, ou seja, o fato de o ensino da História nas escolas apresentar certas deficiências não deve significar que a Prova de História tenha que ficar cada vez mais fácil. Ora, esse tipo de procedimento não passaria de um inaceitável

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

compactuar com as falhas do sistema, um “nivelar por baixo”. O que deve prevalecer é exatamente o contrário, quer seja, manter-se um nível de exigibilidade razoável nas provas, de modo que, assim, eleve-se também a qualidade do ensino e a quantidade de carga horária destinada à História nas escolas brasileiras.

O objetivo desse breve ensaio, no entanto, não é discutir o Vestibular junto à sociedade brasileira, rio-grandense ou rio-grandina, assunto tão complexo que exigiria diversas teses, conferências e congressos para debatê-lo⁵⁴. Ao contrário, o intento desse trabalho é discutir um microcosmo que bem representa o quadro geral do universo educacional brasileiro no que se refere às relações entre Vestibular e o “ensino” promovido nos denominados cursos de pré-vestibular. Para esses cursos, em geral, trata-se, particularmente quanto à História, muito mais de acertar (adivinhar) os conteúdos ou, se possível, o enfoque das questões no Vestibular, do que realmente levar a um processo que contemple uma

⁵⁴ A respeito desse tema, podem ser observados alguns dos trabalhos desenvolvidos em: SEFFNER, Fernando & BALDISSERA, José Alberto (orgs.). *Qual História? Qual ensino? Qual cidadania?* Porto Alegre: ANPUH/Ed. da UNISINOS, 1997. Nesse livro, dentre os ensaios que abordam o ensino da História e o tema Vestibular, com ênfase a experiências locais, ver: PADRÓS, Enrique Serra. Vestibular: reflexões introdutórias no cenário neoliberal. p. 26-38.; CORSETTI, Berenice. A História e o Vestibular – a experiência da UFSM. p. 39-51.; CARLO, Maria Adélia Pinhal de. A História e o Vestibular da UFRGS. p. 52-4.; FACHEL, José Plínio Guimarães. A necessidade de questões analítico-expositivas de História no Vestibular – a experiência da Universidade Federal de Pelotas. p. 63-70.

real apreensão do conhecimento histórico. Um brevíssimo estudo de caso de uma questão da Prova de História do Vestibular 2000 FURG, referindo-se às argumentações desenvolvidas junto à imprensa pelos responsáveis pelo “ensino” da História naquele tipo de curso, serve a contento para denotar a série de limitações que marcam essa prática extraescolar.

O tema apresentado na questão que foi contestado pelos “professores de cursinho” ligava-se à formação republicana brasileira e, especificamente, aos diferentes grupos políticos que atuaram nessa época, com destaque para os liberais, os jacobinos, os monarquistas e os positivistas (ver Anexo). O argumento básico desenvolvido quanto à referida questão prendeu-se ao fato de que o termo “jacobino” não seria aplicável à História do Brasil, afirmação precária de precisão, constituindo-se num lamentável e crasso erro da parte daqueles que alardearam através da imprensa que tal questão envolvendo o período da República Velha deveria vir a ser anulada.

O termo jacobino trata-se de uma denominação amplamente aceita ao longo da produção historiográfica acerca da História do Brasil, nas suas mais variadas correntes e tendências. Ao contrário do afirmado pelos “professores de cursinho”, na edição de 8-9 de janeiro de 2000 do jornal rio-grandino *Agora*, a palavra jacobino, por si só, já define o grupo que atuou politicamente nos primórdios da República Brasileira, não carecendo, portanto, de uma palavra complementar como “jacobinismo florianista”. Apesar do movimento jacobinista ter uma íntima relação com a figura política de Floriano Peixoto, essa denominação, como esclarece

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

Suely Robles Reis de Queiroz, já era utilizada antes mesmo de tal presidente chegar ao poder⁵⁵.

Essa ampla aceitação do termo jacobino para a História do Brasil é um fato tão notório que pode ser comprovada apenas com a citação de algumas referências acerca do assunto. Nesse sentido, Edgard Carone, um dos mais importantes estudiosos da História Republicana Brasileira, em seu *A República Velha*⁵⁶, utiliza naturalmente a expressão “jacobinismo” para denominar o grupo de radicais que atuou no alvorecer da nova forma de governo. Já o livro *Brasil História - texto e consulta*, organizado por Antônio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão⁵⁷, uma das mais importantes obras que tratou do conjunto da História Brasileira, sob o prisma de uma revisão histórica, ao abordar o período em questão, apresenta como subtítulo “Jacobinos, históricos e monarquistas”, referindo-se aos grupos políticos em confronto naquele momento, afirmando que o jacobinismo incorporou o radicalismo nacionalista em ebulição desde a fundação da República e esclarecendo que não houve uma identidade maior entre o movimento jacobino da França Revolucionária e aquele praticado no Brasil, pois, como é óbvio, constituem processos e realidades históricas distintos no tempo e no espaço.

⁵⁵ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁵⁶ CARONE, Edgard. *A República Velha – evolução política (1889-1930)*. 4.ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

⁵⁷ MENDES JÚNIOR, Antônio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História: texto e consulta – República Velha*. São Paulo: Hucitec, 1989.

Em sua formidável obra *A formação das almas*, José Murilo de Carvalho⁵⁸ bem esclarece quais foram as vertentes políticas que agiram no Brasil à época da transição Monarquia - República, diferentes e, muitas vezes, divergentes entre si, cada qual tentando moldar a sua maneira a nova forma de governo. Nessa linha, o autor refere-se a “um setor da população urbana, formado por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes para quem o regime imperial aparecia como limitador das oportunidades de trabalho”. Segundo o mesmo autor, para essa “versão jacobina” de República “a solução liberal ortodoxa não era atraente, pois não controlavam recursos de poder econômico e social capazes de colocá-las em vantagem num sistema de competição livre”, sendo seus componentes atraídos “pelos apelos abstratos em favor da liberdade, da igualdade, da participação, embora nem sempre fosse claro de que maneira tais apelos poderiam ser operacionalizados”; os jacobinos imputavam à forma monárquica os malefícios que atingiam o país, vendo aí “os mesmos vícios do *Ancien Régime* francês”; desse modo, tais “partidários da liberdade à antiga formavam um grupo pequeno, embora agressivo” e de atuação destacada nos primeiros anos republicanos. Pode-se também fazer referência a um escrito realizado pelo autor dessa questão sobre a República Velha do Vestibular 2000 FURG, na qual, partindo dessas premissas de José Murilo de Carvalho, ele faz uma breve contextualização da vida política

⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

brasileira durante a gênese republicana⁵⁹. Nesse trabalho, publicado em 1994, foi utilizada naturalmente a expressão jacobino para denominar um dos grupos políticos que atuou naquele período, o que demonstra uma identidade histórica com o termo jacobinismo, não deixando qualquer espaço para possíveis afirmações quanto à utilização da palavra como uma estratégia para induzir ao erro na Prova de História do Vestibular.

Ainda no que concerne a essa aceitação do termo “jacobinos”, apenas como exemplificação, pode-se citar um livro da Série Princípios da Editora Ática, uma obra paradidática e, portanto, mais acessível, se não aos estudantes em geral, ao menos ao “professores de cursinho” e cuja leitura, simples e objetiva, poderia evitar simplórias confusões de interpretação histórica; trata-se de *Brasil República* do historiador Hamilton Monteiro⁶⁰ que, ao tratar da luta pelo poder nos anos iniciais da forma republicana, refere-se claramente ao radicalismo jacobinista. Finalmente, para citar-se uma obra referente ao Ensino Médio e, desse modo, acessível aos vestibulandos, destaque-se a *História da Sociedade Brasileira*, de Francisco Alencar e outros autores⁶¹, um livro dos mais difundidos e conceituados na prática do

⁵⁹ ALVES, Francisco das Neves. A transição Monarquia – República no Rio Grande do Sul: um enfoque político. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Temas de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1994.

⁶⁰ MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil República*. São Paulo: Ática, 1986.

⁶¹ ALENCAR, Francisco et al. *História da sociedade brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.

ensino da História, tanto no contexto regional quanto no nacional; ao abordar a crise política típica dos primeiros tempos republicanos, tal obra refere-se literalmente à exaltação jabobinista para caracterizar uma das frentes que marcava a instabilidade política de então⁶².

Diante dessas argumentações, apenas exemplificativas, pois poderia ser citado um sem número de autores que corroborariam as mesmas, fica evidente que o termo “jacobinos” é plenamente aceito pela historiografia brasileira para caracterizar um dos grupos políticos que atuaram nos primórdios do Brasil Republicano. Dessa maneira, podem ser estabelecidas as seguintes apreciações quanto aos comentários entabulados na imprensa a respeito da questão da Prova de História do Vestibular 2000 FURG presentemente tratada:

- As expressões jacobinos, jacobinismo, jacobinista (e, inclusive, jacobinagem, utilizada de forma pejorativa por alguns jornais da época) são amplamente aceitas para designar o grupo político nacionalista citado na questão. Para se alcançar essa conclusão não chega a ser necessário um amplo e árduo trabalho de pesquisa histórica – como o empreendido pelo autor da referida questão, ao longo de sua vida profissional, acerca da formação republicana, e que

⁶² A título de exemplo, também fazem referência ao jacobinismo os seguintes livros vinculados ao Ensino Médio: NADAI, Elza & NEVES, Joana. *História do Brasil*. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.; SCHIMIDT, Mario. *Nova História Crítica do Brasil*. São Paulo: Nova Geração, 1997. ; e PEDRO, Antonio & LIMA, Lizâncias de S. *História do Brasil*. São Paulo: FTD, 1996.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

resultou na elaboração de uma Tese de Doutorado (trajetória acadêmica essa que não é exigida daqueles que teceram os comentários junto à imprensa) -, bastando algumas leituras, ainda que simples, acerca do assunto, para chegar-se à conclusão de que questionar a existência de um movimento denominado jacobinismo na História do Brasil beira à ingenuidade, ou ainda, à tolice.

- Não há a mínima necessidade de utilizar-se o termo complementar “florianista” para bem caracterizar o movimento jacobino no Brasil (conforme afirmado no *Jornal Agora* de 8-9 de janeiro de 2000), pois, para a ampla maioria dos autores, a expressão jacobinismo já encerra em si a caracterização daquele grupo político.
- Quanto a uma possível “confusão” que o aluno poderia fazer com relação ao termo jacobino da França Revolucionária e do Brasil Republicano, basta lembrar, embora pareça tremendamente óbvio, o espaço de um século que separa um fenômeno histórico do outro, ou seja, da Revolução Francesa até os primórdios da formação republicana brasileira; constituindo-se, assim, em acontecimentos com identidades próprias, ocorrendo em espaços temporais e geográficos diferenciados. As argumentações quanto a uma possível confusão com a Revolução Francesa (como destacado no *Jornal Agora* de 7 de janeiro de 2000), prende-se ao modo de ensinar, ou melhor de reproduzir a matéria, dos chamados “cursinhos” (cuja denominação está no diminutivo não por mera coincidência), ou seja, neles, em geral, ao invés de primar-se pela apreensão do conhecimento histórico, opta-se pela

simples memorização de dados, de maneira que uma possível “confusão” entre um fenômeno histórico ocorrido ao final do século XVIII e um outro, do encerramento da centúria seguinte, só poderia ser justificado por um “método de ensino” que se utiliza de “lembretes” e “dicas” que se destinam essencialmente à memória mnemônica em relação aos fatos e não à compreensão e à interpretação da História. Nesse sentido, essa prática de “ensinar” História através de palavras-chave – do tipo *“quando vocês ouvirem a expressão jacobino, não tenham dúvidas, trata-se da Revolução Francesa”*, um erro absoluto – trata-se de um desserviço ao ensino propriamente dito da História e de um fator que só serve para contribuir com o desgaste que essa ciência vem sofrendo como disciplina junto ao ensino fundamental e médio. Assim, esses métodos de memorização promovem o ensino de uma História atrofiada e reduzida a um sem número de chavões históricos e não levam ao entendimento de uma História como processo e, mormente, como ciência.

- Já no que tange à afirmação de que a questão em pauta constituía-se num “*pega-ratão*” (conforme *Jornal Agora* de 7 de janeiro de 2000) – expressão chula, mas comum no meio dos “cursinhos”, no sentido de designar uma possível armadilha para o aluno –, isso não se trata, de modo algum, de uma verdade. A suposição de um possível ardil, ao utilizar-se o termo “jacobino” para confundir o aluno, de modo a induzi-lo ao erro, por imaginar estar se tratando da Revolução Francesa e não da História do Brasil, não é absolutamente verdadeira,

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

pois, na concepção do autor da questão e para a maior parte dos historiadores brasileiros, conforme já comprovado anteriormente, a expressão jacobinismo é completamente aceita para designar o grupo político de que se está tratando, sendo, portanto, totalmente natural e normal a sua utilização. Além disso, os próprios itens que aparecem como grade de resposta para tal questão também servem para comprovar que não houve nenhuma má intenção na elaboração da mesma, uma vez que a proposição II (referente aos jacobinos), aparece em quatro dos cinco itens de resposta; no caso de imaginar-se que a expressão jacobino poderia ser uma “armadilha” para confundir os alunos, não seria mais lógico que a mesma fosse utilizada em um número menor de itens? Dessa maneira, os “professores de cursinho” que interpretaram a questão poderiam ter analisado a mesma no seu conjunto, de modo que, nem que fosse por eliminação (e atente-se para o fato que se está indicando esse método para os citados “professores” e não para os vestibulandos, embora essa seja uma técnica muito difundida na maioria dos ditos “cursinhos”), eles poderiam chegar à conclusão de que não houve um “*pega-ratão*”, pois a proposição referente aos jacobinos - a II - encontrava-se nas alternativas A, B, C e D, e não aparecia na opção E, exatamente aquela que apresentava duas proposições erradas, ou seja, a IV e a VI (ver a questão em anexo). Desse modo, se algum “*ratão*”, para utilizar a expressão dos “professores de cursinho”, chegou a ser pegue, esse não representou o conjunto dos vestibulandos e sim

aqueles que não conseguiram ler a questão como um todo, ou, por acaso, os ditos “professores” aceitam que houve no Brasil, nos primórdios da República, um movimento de “anarquistas”, defensores dos pressupostos marxistas, ou ainda de “queremistas” que pretendiam o retorno de D. Pedro II para uma república parlamentar, exatamente as proposições erradas e que, de acordo com a grade de respostas, seriam consideradas certas, caso, conforme afirmam os referidos “professores”, o termo jacobinismo não fosse o correto? Ou faltou leitura atenta, ou conhecimento histórico, de modo que a interpretação da questão seria risível se não fosse tão triste.

- Finalmente, ainda na edição de 8-9 de janeiro de 2000 do *Jornal Agora*, na matéria “Professores de História pedem anulação de duas questões”, os ditos “professores” fazem uma terrível confusão quanto às expressões “segmentos” e “grupos” políticos e partidários, não conseguindo chegar a uma definição quanto aos partidos então em ação. Na questão foram utilizados os termos “segmento político-partidário” e “grupos políticos”, no sentido de designar as diversas frentes políticas que atuavam no Brasil daquela época e que, ou não chegariam a constituir, ou estavam ainda num processo de gênese que viria a gerar partidos políticos propriamente ditos. Na errônea concepção dos “professores de cursinho”, segmento político-partidário deveria designar uma facção dentro de um partido, e chegam ao absurdo de afirmar, literalmente, que “liberais, positivistas, monarquistas e jacobinos florianistas foram

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

facções/segmentos dentro do partido republicano”⁶³, ora como se poderia imaginar que os “monarquistas” representavam uma facção ou segmento dentro do “partido republicano”?! Além disso, os ditos “professores” questionam a expressão “momentos iniciais da forma de governo estabelecida a 15 de novembro de 1889” ou ainda “primórdios da República”, considerando que a ação dos jacobinos estendeu-se até a administração de Prudente de Moraes⁶⁴. Esse fato é notório, se não óbvio, na História do Brasil, o que acontece é que tais “interpretações”, conforme já explicitado não conseguem observar a História como um processo de longa duração, de modo que num fenômeno histórico como a República Brasileira que já conta com 110 anos de existência, a primeira década de vigência da mesma, representa sim os anos iniciais ou ainda os primórdios dessa forma de governo. Mais uma vez, ao que parece, ou faltou leitura, ou uma compreensão histórica mais ampla.

Assim, conclusivamente, no que se refere às considerações estabelecidas na imprensa quanto à questão em pauta da Prova de História do Vestibular

⁶³ O grifo é do autor.

⁶⁴ Para corroborar suas argumentações, os “professores de cursinho” procuram utilizar os escritos de Vamireh Chacon, autor que se utiliza largamente do termo “jacobinismo” para designar o grupo político em questão, ou seja, os referidos “professores” ao realizarem a leitura da própria referência por eles citada, o fizeram – por descuido ou deliberadamente – de forma incompleta ou parcial, conforme se pode observar em: CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. 2.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1985.

2000 FURG, deve-se considerar que não houve a mínima chance de ter sido cometido qualquer erro no conjunto da questão e nem mesmo que tenha sido elaborada qualquer armadilha que induzisse o vestibulando ao erro. Na verdade, as argumentações quanto a esses possíveis fatores - erro ou má intenção - são extremamente pífias e pueris, prendendo-se a uma desesperada necessidade de justificar e mascarar as falhas um modo de “ensino” que já é falho em suas raízes e em seus propósitos. Especificamente quanto ao assunto “jacobinos”, pode-se recomendar aos “professores de cursinho”, a leitura do já citado livro *Os radicais da República - jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*, de Suely Robles Reis de Queiroz, que trata especificamente do tema em questão e que talvez esclareça possíveis dúvidas. Dúvidas estas, aliás, que é difícil de imaginar que partiram de verdadeiros historiadores.

Nesse sentido, o intento deste breve escrito, que num primeiro momento poderia parecer até bastante simplista ao tratar apenas de uma questão de Vestibular, constitui-se em algo mais amplo, ou seja, tecer considerações que, ainda que concisas, levem a uma reflexão sobre a natureza do ensino da História e as funestas distorções que esse ensino vem, em geral, sofrendo a partir das práticas dos denominados “cursinhos” de pré-vestibular. Assim, o estudo desse microcosmo representado por uma questão tem o objetivo de apresentar a discentes, docentes e, principalmente, à comunidade em geral uma outra versão que não aquela apresentada pelos “professores de cursinho” junto à imprensa rio-grandina, pois, ao público em geral, muitas vezes, o que aparece divulgado

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

nos jornais acaba sendo encarado como uma verdade, no entanto, especificamente a respeito desse tema dos grupos políticos atuantes no alvorecer da República Brasileira, os argumentos apresentados não passaram de uma interpretação criada para justificar um assunto não abordado (ou abordado de forma errônea) na sala de aula, em outras palavras, não passaram de uma balela.

Nesse momento em que se discute o profissional que se pretende formar, discussão que deve ser constantemente renovada e reafirmada, por ser extremamente salutar, deve-se refletir que se está contribuindo num processo de formação de educadores/pesquisadores, ou seja, aqueles que devem estar todo o tempo preocupados com a construção do conhecimento histórico; e não na formação de histriones muito mais preocupados em promover espetáculos que, muito mais por causa de suas imagens e de seus atos – às vezes pela extravagância, às vezes pelo ridículo –, chegam a levar à memorização de fatos, porém numa assimilação pura e simples de informações, não contribuindo para uma melhor compreensão da ciência histórica. Trata-se enfim, do debate entre o que se pretende formar, o profissional da sala de aula e da laboriosa pesquisa ou aquele que pretende entabular histrionicas performances. Sem dúvidas, o que sempre deve prevalecer é a figura do educador/pesquisador, ou, em outras palavras, do historiador – ético, responsável e comprometido com a sociedade na qual está inserido.

ANEXO

Questão 55 da Prova de História Vestibular 2000 FURG

O Brasil, nos momentos iniciais da forma de governo estabelecida a 15 de novembro de 1889, foi marcado por diversas disputas político-ideológicas num contexto em que cada segmento político-partidário defendia idéias específicas sobre os modelos a serem empregados na consolidação da República.

Dentre os mais significativos grupos políticos que atuaram nos primórdios da República Brasileira, podem ser destacados:

I- os liberais, que desejavam uma república organizada nos moldes da estadunidense; **proposição correta**

II- os jacobinos, que sustentavam um ideário profundamente nacionalista, de orientação lusófoba; **proposição correta**

III- os monarquistas, que pretendiam o retorno à forma de governo decaída; **proposição correta**

IV- os anarquistas, que visavam constituir uma república comandada pelo proletariado, de acordo com os pressupostos marxistas; **proposição incorreta**

V- os positivistas, que propunham a organização de uma república nos moldes estabelecidos por Augusto Comte; **proposição correta**

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE
DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

VI- os queremistas, que exigiam o retorno imediato de D. Pedro II para exercer as funções de Chefe de Estado, numa república parlamentar. **proposição incorreta**

Quais as afirmativas estão corretas?

- A) Apenas I, II, III e IV. **incorreto, devido à afirmativa IV**
- B) Apenas I, II, III e V. **CORRETO**
- C) Apenas I, II, IV, e V. **incorreto, devido à afirmativa IV**
- D) Apenas II, IV, V e VI. **incorreto, devido às afirmativas IV e VI**
- E) Apenas III, IV, V e VI. **incorreto, devido às afirmativas IV e VI**

Uma revista científica da FURG e a produção em História Regional (1978-2000)

As publicações científicas vêm sendo, ao longo da história, um essencial ponto de contato entre as universidades e as mais variadas instituições acadêmicas, científicas, técnicas e culturais, bem como com a comunidade em geral. Dentre esse tipo de publicação destacam-se as edições periódicas que, - muitas através da longevidade, da continuidade e/ou garantia da manutenção da periodicidade - têm possibilitado um extraordinário intercâmbio entre as mais diversas áreas do conhecimento humano.

Na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), instituição federal de ensino que há mais de trinta anos atende à comunidade rio-grandina, rio-grandense e brasileira, a existência de publicações periódicas constitui uma histórica tradição. Revistas departamentais, inicialmente direcionadas a áreas mais específicas, os periódicos da FURG evoluíram progressivamente e, sem perder algumas de suas especificidades, passaram a abordagens crescentemente multidisciplinares.

Essas revistas têm levado a efeito o tripé de atividades fundamentais da universidade, algumas delas há mais de duas décadas, e vêm proporcionando uma forte inter-relação com diversas instituições nacionais e internacionais, através das quais a consulta a esses

periódicos multiplica-se de uma maneira exponencial, num verdadeiro processo de difusão cultural.

Dentre essas publicações, está a Revista do Departamento de Biblioteconomia e História (RDBH), publicada desde 1979, passando a acrescentar ao seu título a denominação *Biblos*, a partir de 1985. Refletindo a estrutura organizacional da FURG, tal revista traz à público os trabalhos desenvolvidos nas duas áreas de atuação do Departamento em questão, a Biblioteconomia e História, estando à produção nesta segunda área (mais especificamente no que tange à História Regional) o objeto de estudo deste trabalho.

O surgimento da RDBH vem ao encontro de um processo mais amplo, que marca o cenário nacional, no qual ocorreu um significativo incremento na publicação de periódicos científicos centrados na ciência histórica⁶⁵. Desde a sua criação, “esta revista se propôs veicular parte da produção intelectual dos professores” daquele departamento, “assim como de autores convidados, da própria Universidade ou de outras instituições”, de maneira que “os artigos publicados revelam um certo grau de interdisciplinariedade e interinstitucionalidade, desejável em se tratando de uma revista científica”, além do que também foi aberto um espaço para a publicação de trabalhos dos discentes⁶⁶.

A RDBH passou a ser editada em 1978, com o objetivo de “estimular o corpo docente a aprofundar, em

⁶⁵ FICO, Carlos & POLITICO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto: UFOP, 1992. v. 1. p. 61.

⁶⁶ NUNES, Claudio Omar Iahnke. Análise e indexação dos artigos da Revista *Biblos*. *Biblos*. v. 8. Rio Grande: Ed. da FURG, 1996. p. 275.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

seus respectivos domínios, um trabalho individual ou coletivo de investigação, na busca de um auto-aperfeiçoamento e formação contínuos"⁶⁷. Logo a Revista expandiria seus intentos e passaria a publicar trabalhos de especialistas de outras instituições. Além disso, a busca pelo intercâmbio foi um resultado atingido desde o princípio, pois logo no segundo número já se anuncia que "a correspondência recebida de várias instituições culturais nacionais e estrangeiras, assim como de professores e autoridades nos ramos da História e da Biblioteconomia" levava os responsáveis pela publicação "a prosseguir nesta jornada"⁶⁸.

Em 1983, o órgão de apreciação dos trabalhos deixava de ser a Comissão de Publicação, com a constituição de um Corpo Editorial, que viria a ter um representante no Conselho Editorial da FURG. Mantendo seus objetivos editoriais, ou seja, promover "os trabalhos de pesquisa, extensão e ensino dos docentes do Departamento de Biblioteconomia e História, aceitando também a colaboração de especialistas dessas áreas e no que se refere à publicação de trabalhos inéditos"⁶⁹, o periódico mudaria de nome em 1985, passando a chamar-se *Biblos – Revista do*

⁶⁷ MIRCO, Carmem Helena Braz. Apresentação. *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. v.1. n.1. Rio Grande: FURG, 1978. p. 7.

⁶⁸ MIRCO, Carmem Helena Braz. Apresentação. *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. v.1. n.2. Rio Grande: FURG, 1979. p. 9.

⁶⁹ MIRCO, Carmen Helena Braz. Apresentação. *Biblos – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. v. 1. n. único. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985. p. 5.

Departamento de Biblioteconomia e História, iniciando uma nova numeração.

A publicação da RDBH passaria a ter um papel de considerável importância na divulgação de trabalhos históricos junto a uma comunidade leitora que crescia ano a ano. Otimizava-se, assim, um constante intercâmbio de informações, uma vez que “a publicação de textos históricos tem por objetivo tornar acessíveis, aos que não poderiam ou não saberiam consultá-los diretamente, o conhecimento e a utilização dos manuscritos, dos documentos de arquivos, por vezes, mesmo, de antigas publicações às quais se atribui um valor de fonte histórica”⁷⁰.

Um dos maiores destaques da produção histórica publicada na RDBH/Biblos esteve vinculado à História Regional. Nesse quadro, os mais variados enfoques e temáticas acerca das diversas etapas da formação histórica sul-rio-grandense vieram a público através das edições dessa revista. Essa produção intelectual voltada à História Gaúcha reflete um contexto mais abrangente, uma vez que grande parte da produção acadêmica nas universidades gaúchas também voltavam-se ao debate da História Rio-Grandense,

Essa importância à História Regional reproduz uma das próprias características da produção historiográfica gaúcha, tendo em vista “a importância auto-interpretativa que a sociedade sul-rio-grandense dá

⁷⁰ GLÉNISSON, Jean. *Introdução aos estudos históricos*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 343.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

a sua própria trajetória historiográfica”⁷¹. Essa análise da História Regional não tem nenhum vínculo com uma História localista promovida, mormente pela historiografia oficial/tradicional, pois, ainda que trate das especificidades da formação histórica sul-riograndense⁷², essas são abordadas em um processo de inserção de uma conjuntura nacional, continental e mundial.

Assim, essa História Regional está relacionada com estudos dos fenômenos “em função de sua localização em regiões”, porém, “são básicas” para esse tipo de análise, “as ideias de relacionamento entre a região e o todo de que ela faz parte”⁷³. Nessa linha, “em termos de História, a importância do regional deve encontrar a sua justa medida no caminho entre a especificidade e o processo global de desenvolvimento da História Brasileira e latino-americana”. Nesse sentido, “quando se fala na especificidade da questão regional gaúcha, não se pretende que a mesma seja entendida como ‘um caso à parte’ ou uma ‘anomalia’”, devendo-se buscar, isto sim, “a maneira pela se dá a formação histórica sulina a partir de condições locais específicas,

⁷¹ CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 16-7.

⁷² Algumas dessas especificidades são tratadas em: OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 9. v.3. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1989. p. 5-14.

⁷³ MOORE, Harry E. Regionalismo. In: SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais* 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/MEC, 1987. p. 1048.

mas que só adquirem significado em função de um todo”⁷⁴.

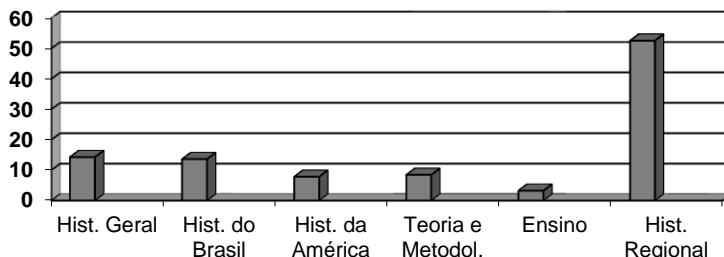
Em termos gerais, foi com essa orientação que se deu a produção intelectual voltada à História Regional na RDBH/Biblos. Através de diferentes enfoques teórico-metodológicos e com algumas experiências multidisciplinares, tal revista contribuiu decisivamente para levar ao público acadêmico e à comunidade em geral – notadamente através da formação do quadro de docentes que viria a trabalhar com o ensino fundamental e médio (antigos primeiro e segundo graus) que levaram a um público bem mais amplo as informações ali contidas –, temas os mais relevantes sobre a formação histórica sul-rio-grandense.

Nessa linha, a História Regional não só ocupou um espaço importante na RDBH/Biblos, como também foi a área mais abordada ao longo da existência dessa publicação, como se pode observar no seguinte gráfico:

⁷⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História regional repensada. In: RIBEIRO, Carlos R. Mendes (org.). *Autonomia ou submissão?* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 20-1.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

Principais áreas do conhecimento histórico (História Geral; História do Brasil; História da América; Teoria, metodologia e documentação; Ensino; e História Regional) abordadas na RDBH/Biblos entre 1978 e 2000 (em %)



Nos quadros, mais de 50% do conjunto da produção histórica da revista esteve ligada à História Regional. Dessa produção acerca da História Rio-Grandense, foram entabuladas as mais variadas formas e abordagem, envolvendo a História Política, a História Social, a História Econômica, a Historiografia e a Documentação, a Etnologia, a Arqueologia, e o Ensino. Dentre os mais diversos temas estudados, pode-se citar: a fundação do Rio Grande, a escravidão, a bibliografia, a legislação, os portos, os documentos, a imigração, a toponímia, os governos militares, a produção historiográfica, a população e a sociedade, os partidos políticos, a imprensa, as Missões, o trabalho, as revoluções, o teatro, a imprensa, a educação, as fronteiras, o positivismo, a urbanização, os indígenas, os vestígios arqueológicos e a pecuária.

Um levantamento dos trabalhos em História Regional entabulados na RDBH/Biblos, ao longo dessas

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

mais de duas décadas (1978-2000) permite um referencial aos pesquisadores que estejam trabalhando com a formação histórica sul-rio-grandense e não tenham conhecimento do conjunto dos artigos até então publicados na revista. Para uma melhor orientação do leitor, foi utilizada a ordenação alfabética, pelo sobrenome do autor.

ALVES, Francisco das Neves. Governo do Prefeito Farydo Salomão. **Biblos**. v. 3. 1990. p. 19-47.

ALVES, Francisco das Neves. O PRR, a Reação Republicana e a Revolta Militar de 1922. **Biblos**. v. 6. 1994. p. 159-76.

ALVES, Francisco das Neves. Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação. **Biblos**. v. 7. 1995. p. 189-211.

ALVES, Francisco das Neves. Fontes bibliográficas para o estudo da Revolução Federalista: levantamento parcial (1983-93). **Biblos**. v. 7. 1995. p. 255-73.

ALVES, Francisco das Neves. Pacificação, pacificações (1845 e 1895). **Biblos**. v. 8. 1996. p. 95-108.

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa caricata rio-grandina e crítica política ao final do Império. **Biblos**. v. 8. 1996. p. 139-46.

ALVES, Francisco das Neves. Silveira Martins X Júlio de Castilhos - a personalização do conflito federalista: um estudo de caso. **Biblos**. v. 9. 1997. p.35-44.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

ALVES, Francisco das Neves. A pequena imprensa rio-grandina ao final do século XIX: a presença do jornalismo político-partidário. **Biblos.** v. 9. 1997. p. 45-58.

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. Uma folha literária rio-grandina sob uma perspectiva histórico-historiográfica. **Biblos.** v. 10. 1998. p. 11-20.

ALVES, Francisco das Neves. A formação da república no Rio Grande do Sul na versão de um federalista. **Biblos.** v. 10. 1998. p. 31-43.

ALVES, Francisco das Neves. O golpe de Estado de novembro de 1891 e as repercussões na cidade do Rio Grande. **Biblos.** v. 11. 1999. p. 63-76.

ALVES, Francisco das Neves. O Rio Grande do Sul à época da Guerra do Paraguai na visão de um nobre europeu. **Biblos.** v. 11. 1999. p. 77-87.

ALVES, Francisco das Neves. O processo político-partidário sul-rio-grandense e a criação da *União Nacional*. **Biblos.** v. 12. 2000. p. 21-28.

ALVES, Francisco das Neves. Cercar e punir: o controle do discurso jornalístico nos primeiros tempos republicanos e as repercussões junto à imprensa caricata rio-grandina. **Biblos.** v. 12. 2000. p. 29-42.

ALVES, Francisco das Neves. Fontes documentais para o estudo da História do Rio Grande do Sul no acervo da Biblioteca Rio-Grandense: a *Coleção Rheingantz* (levantamento parcial). **Biblos.** v. 12. 2000. p. 49-64.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

- ATALLAH, Gianne Zanella. Quartel-General do comanda de guarnição e fronteira do Rio Grande – estudo patrimonial nos séculos XIX e XX. **Biblos**. v. 10. 1998. p. 179- 82.
- BARBOSA, Eni. A arquivologia através da preservação documental e sua contribuição sobre a escravidão negra no Rio Grande do Sul. **Biblos**. v. 3. 1990. p. 59-68..
- BARCELLOS, João. O Balneário do Cassino: uma inspiração européia. **Biblos**. v. 12. 2000. p. 43-8.
- BARCELLOS, Maria C. Martins & VERGARA, Maria E. Duarte de. Dados biográficos e principais obras de Alfredo Ferreira Rodrigues. **RDBH**. v. 4. n. 1/2. 1983. p. 9-45.
- BITTENCOURT, Ezio. Apontamentos sobre o movimento teatral em Rio Grande no século XIX. **Biblos**. v. 8. 1996. p. 117-37.
- CAMINSKI, Eleno Rodrigo Guarda. Mandos e desmandos em reserva dos Kaigangues no Alto Uruguai gaúcho. **Biblos**. v. 12. 2000. p. 89-97.
- CAMPOS, Derocina Alves; MESPAQUE, Marilda Xavier. A construção do discurso: a implantação do Estado Novo (1937-1945) através da ótica do jornal *Rio Grande*. **Biblos**. v. 11. 1999. p. 27-32.
- CANTERO, Lucia H. Gonçalves. Coletânea sobre a correspondência referente ao Rio Grande de São Pedro de 1729 a 1776. **RDBH**. v. 4. n. 1/2. 1983. p. 46-72.
- DIAS, Marcelo Henrique. Geografia comercial e influência platina no Rio Grande do Sul na transição entre os séculos XIX e XX. **Biblos**. v. 10. 1998. p. 97-106.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

- FLORES, Hilda Agnes Hübner. Memorialistas alemães da Revolução de 1893. **Biblos**. v. 7. 1995. p. 177-87.
- GANDRA, Edgar Avila. Região de resistência dos gaúchos. **Biblos**. v. 10. 1998. p.53-62.
- GANDRA, Edgar Avila. O Bairro Getúlio Vargas sob o prisma das imagens. **Biblos**. v. 12. 2000. p. 75-82.
- GEDOZ, Sirlei Teresinha. Repúblca, clientelismo e autonomia local: o caso de Garibaldi. **Biblos**. v. 7. 1995. p. 213-21.
- KERN, Arno Alvarez. O povoamento do Rio da Prata Oriental: antecedentes indígenas. **Biblos**. v. 5. n. extra. 1993. p. 17-24.
- MAESTRI FILHO, Mario José. A origem do escravo gaúcho e a Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. **RDBH**. v. 1. n. 1. 1978. p. 13-54.
- MAESTRI FILHO, Mario José. Documentos sobre três meses de tráfico escravista (1803) na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. **RDBH**. v. 1. n. 3. 1979. p. 23-36.
- MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil. **Biblos**. v. 7. 1995. p. 9-87.
- MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. A visão dos grupos pré-cerâmicos e as necessidades de pesquisas. **Biblos**. v. 7. 1995. p. 95-101.
- MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. Levantamentos arqueológicos no médio e alto Jacuí, RS, Brasil. **Biblos**. v. 8. 1996. p. 9-42.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

MIRCO, Carmen Helena Braz. & CUARTAS, Graciela D. Análise da obra: "um Capitão de Infantaria Portuguez" de André Ribeiro. **RDBH**. v. 1. n. 2. 1979. p. 45-60.

NASCIMENTO, Mara Regina do. No andar do bonde, a vivência da cidade. **Biblos**. v. 10. 1998. p.141-46.

NEVES, Hugo Alberto Pereira. O Porto do Rio Grande No período de 1890-1930 (1^a parte). **RDBH**. v. 2. n. 1. 1980. p. 67-110.

NEVES, Hugo Alberto Pereira. O Porto do Rio Grande No período de 1890-1930 (2^a parte). **RDBH**. v. 3. n. 1. 1982. p. 38-136.

NEVES, Hugo Alberto Pereira. Aspectos gerais do Porto do Rio Grande, no período de 1930-1945. **RDBH**. 1982. v. 3. n. 2. p. 14-35.

NEVES, Hugo Alberto Pereira. O Porto do Rio Grande no período de 1946-1965. **Biblos**. v. 1. n. único. 1985. p. 69-88.

NEVES, Hugo Alberto Pereira. O Porto de Santa Vitória do Palmar (1938-1965). **Biblos**. v. 3. 1990. p. 49-57.

NEVES, Hugo Alberto Pereira. A criação de ovinos e o comércio de lã no Rio Grande do Sul (1851-1889). **Biblos**. v. 4. 1992. p. 55-61.

OLINTO, Beatriz Anselmo. Fragmentos de uma cidade: a cidade do Rio Grande frente a alguns aspectos da modernidade. **Biblos**. v. 8. 1996. p. 147-58.

OSÓRIO, Helen. Regime de sesmarias e propriedade da terra. **Biblos**. v. 5. 1993. p. 101-11.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

PEREIRA, Nalde Jaqueline Corrêa. Projetos de colonização na cidade do Rio Grande (1880-1895). **Biblos**. v. 8. 1996. p. 109-116.

PEZAT, Paulo Ricardo. O Clube Cooperador Positivista Sul-Rio-Grandense e a propaganda da Religião da Humanidade na cidade do Rio Grande (1891-1894). **Biblos**. v. 11. 1999. p. 107-17.

PIAZZA, Walter F. Um “iluminado” oitocentista: José da Silva Pais. **RDBH**. v. 4. n. 1/2. 1983. p. 73-88.

PINTO, Luiz Paulo Melendez. O discurso político e historiográfico de Alfredo Varela. **Biblos**. v. 7. 1995. p. 345-9.

PINTO, Regina Germano. A resistência do escravo ao escravismo no Rio Grande do Sul. **RDBH**. v. 3. n. 2. 1982. p. 36-44.

QUARESMA, Paulo Sérgio Andrade. A morte em Rio Grande no século XIX: uma abordagem histórica. **Biblos**. v. 11. 1999. p. 33-44.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertolini. A fundação do Presídio e Colônia do Rio Grande de São Pedro. **Biblos**. v. 2. n. único. 1987. p. 41-54.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertolini. Os registros paroquiais do Rio Grande: levantamento, exploração e análise. 1737-1850. **Biblos**. v. 6. 1994. p. 133-58.

QUEIROZ, Maria Luiza. Movimento natural e mobilidade espacial da população em Rio Grande. **Biblos**. v. 7. 1995. p. 111-47.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

- RANGEL, Susana Salum; VIEIRA, Eurípides Falcão. Comportamento demográfico da população rio-grandina – período 1940-1991. **Biblos**. v. 9. 1997. p. 85-96.
- RANINCHESKI, Sonia. A História Política do Rio Grande do Sul: breve comentário. **Biblos**. v. 11. 1999. p. 7-15.
- RODRIGUES, Edelves Vieira. O processo civilizatório e a influência da medicina social: cortiço – fotografia de uma época. **Biblos**. v. 10. 1998. p. 147-51.
- RODRIGUES, Vera Lúcia de Oliveira. O Rio Grande do Sul na Legislação Imperial (1808-1822). **RDBH**. v. 1. n. 2. 1979. p. 61-92..
- RODRIGUES, Vera Lúcia de Oliveira. O Rio Grande do Sul na Legislação Imperial (1808-1822). **RDBH**. v. 1. n. 3. 1979. p. 51-86..
- RODRIGUES, Vera Lúcia de Oliveira. O Rio Grande do Sul na Legislação Imperial (1808-1822). **RDBH**. v. 2. n. 1. 1980. p. 111-134..
- RODRIGUES JÚNIOR, Gonçalo & MIRCO, Carmen Helena Braz. Toponímia indígena do Município do Rio Grande. **Biblos**. v. 2. n. único. 1987. p. 55- 90.
- SENNA, Adriana Kivanski de. Os casamentos em Rio Grande: uma recordação a partir da fotografia. **Biblos**. v. 11. 1999. p. 17-26.
- SENNA, Adriana Kivanski de. O jornal como fonte para a recuperação dos padrões habituais de uma sociedade: os casamentos em Rio Grande. **Biblos**. v. 12. 2000. p. 123-9.

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE
DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

SEVERAL, Rejane da Silveira. A Guerra Guaranítica: um estudo de caso. **Biblos**. v. 7. 1995. p. 103-9.

SILVA, Claudete Anderson da; FRETIAS, Sonia Marli Barbosa de. Ilha da Pólvora: 1854/1995. **Biblos**. v. 9. 1997. p. 25-33.

SILVA, Maria Catarina da Maia da & MIRCO, Carmen Helena Braz. A imigração polonesa no Rio Grande e a Sociedade Cultural Águia Branca. **Biblos**. v. 2. n. único. 1987. p. 17-40.

SILVA, Maria da Conceição, SARAIVA, Lecy Pontes & SILVA, Maria Cristina. Catalogação e transcrição de documentos referentes à Câmara Municipal de São José do Norte (1835-1849) (1^a parte). **RDBH**. v. 3. n. 1. 1982. p. 137-155.

SILVA, Maria da Conceição, SARAIVA, Lecy Pontes & SILVA, Maria Cristina. Catalogação e transcrição de documentos referentes à Câmara Municipal de São José do Norte (1835-1849) (2^a parte). **RDBH**. v. 3. n. 2. 1982. p. 57-63.

SILVA, Victor Hugo Oliveira da; PRADE, Edio Erni; KLEIN, Ana Inez. Sítio cerâmico tupiguarani na bacia do Rio Vacacaí-Mirim, RS. **Biblos**. v. 4. 1992. p. 43-52.

TORRES, Luiz Henrique. Tempo e mentalidade nas Missões Jesuítico-Guaranis. **Biblos**. v. 4. 1992. p. 15-25.

TORRES, Luiz Henrique. A crítica historiográfica no Rio Grande do Sul (décadas de 1960-80). **Biblos**. v.5. 1993. p. 65-84.

TORRES, Luiz Henrique. Simpósio Nacional de Estudos Missionários: apontamentos temáticos para análise historiográfica. **Biblos**. v. 5. n. extra. 1993. p. 113-46.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

TORRES, Luiz Henrique. Cosmologia e historicidade. **Biblos**. v. 6. 1994. p. 95-109.

TORRES, Luiz Henrique. O Rio Grande do Sul e a identidade nacional: os congressos de História e Geografia (1935-40). **Biblos**. v. 7. 1995. p. 241-7.

TORRES, Luiz Henrique. Carlos Teschauer e a historiografia rio-grandense. **Biblos**. v. 10. 1998. p. 21-30.

TORRES, Luiz Henrique. A brasiliade do gaúcho em José Borges Fortes. **Biblos**. v. 11. 1999. p. 45-50.

TORRES, Luiz Henrique; PEREIRA, Nalde Jaqueline. Fundamentos político-historiográficos em Alcides Lima. **Biblos**. v. 11. 1999. p. 51-62.

TORRES, Luiz Henrique. Sobre eurocentrismo e historiografia. **Biblos**. v. 12. 2000. p. 131-7.

TORRESINI, Elizabeth W. Rochadel. Livros, leituras e leitores: a Editora Globo de Porto Alegre. **Biblos**. v. 10. 1998. p. 173-78.

VEIGA, Adão Luís; NUNES, Evandro Rocha. Positivismo e educação na cidade do Rio Grande dos anos 1920: considerações acerca da Escola Agrícola Municipal da Quinta. **Biblos**. v. 9. 1997. p. 59-68.

VIEIRA, Eurípides Falcão. Os fortes de Silva Pais. **RDBH**. v. 1. n. 1. 1978. p. 65-71.

Este trabalho não tem a mínima pretensão historiográfica, trata-se, isto sim, de um levantamento de fontes e um estudo da relevância da História Regional

HISTÓRIA, IMPRENSA E ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RIO GRANDE: BREVES ESTUDOS

nas diversas edições RDBH/Biblos. Refletindo a produção histórica característica do meio acadêmico sul-rio-grandense, vinculada, normalmente aos cursos de graduação e pós-graduação das diversas universidades gaúchas, essa revista deu significativa importância para a formação histórica do Rio Grande do Sul, permitindo um fundamental manancial de informações acerca de variadas temáticas e multidisciplinares enfoque sobre o assunto. Nesse sentido, a RDBH/Biblos deu a sua representativa parcela para a construção histórica rio-grandense-do-sul. Todo o conjunto desses estudos publicados em periódicos científicos vem colaborando decisivamente para uma mudança de rumos típica das últimas décadas, nas quais a História Regional ganhou considerável espaço, vencendo-se aquela História centrada no eixo Rio - São Paulo, de modo que a RDBH/Biblos fez a sua parte na inclusão do Rio Grande do Sul no “mapa historiográfico” nacional.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta e a Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
ABERTA 
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

